



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

JANICE FERREIRA DA SILVA E SILVA

**OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS COM AS
FAMÍLIAS CACHOEIRANAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**



Tarsila do Amaral

**CACHOEIRA-BAHIA
2012**

JANICE FERREIRA DA SILVA E SILVA

**OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS COM AS
FAMÍLIAS CACHOEIRANAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.**

Orientador: Prof^a. Ms. Jucileide Nascimento

Tarsila do Amaral

**CACHOEIRA-BAHIA
2012**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

S586p Silva, Janice Ferreira da Silva e

Os processos de trabalho dos (as) assistentes sociais com as famílias cachoeiranas no âmbito da política de assistência social / Janice Ferreira da Silva e Silva. – Cachoeira, 2012.

87 f. ; 22 cm.

Orientadora: Prof^a. Ms. Jucileide Ferreira do Nascimento.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

1. Processo de trabalho - assistente social. 2. Cachoeira (BA) - Política de assistência social. 3. Sistema Único de Assistência Social. 4. Família - Cachoeira (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Título.

CDD: 361.61

**OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS COM AS
FAMÍLIAS CACHOEIRANAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

JANICE FERREIRA DA SILVA E SILVA

**Monografia apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social**

Banca Examinadora:

**Prof^a. Ma. Jucileide Ferreira do Nascimento
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora**

**Prof^a. Ma. Albany Mendonça
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

**Prof. Ma. Heleni de Ávila
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

Aprovado em: _____ / _____ / _____

**CACHOEIRA-BAHIA
2012**

A meu Deus, força suprema que tem me conduzido nessa jornada, foi nele que encontrei forças para lutar e continuar. E ao seu infinito amor que me deu uma grande família para qual também dedico este trabalho final de uma das etapas da minha vida. Amo todos vocês.

Todo risco

A possibilidade de arriscar
É que nos faz homens
Voo perfeito
no espaço que criamos
Ninguém decide
sobre os passos que evitamos
Certeza
de que não somos pássaros
e que voamos
Tristeza
de que não vamos
por medo dos caminhos

Damário da Cruz

Agradecimentos

Como citado acima, tenho a “*certeza de que não somos pássaros e que voamos*” Este com certeza foi o meu primeiro vôo alto, não sabia eu o que encontraria, na subida, nem na descida, mas como as aves, arrisquei tudo nesse primeiro vôo, pois ele foi decisivo na minha vida, durante esses quatros anos, tantos foram os percalços, que minhas forças se esvaíam e como uma águia tive uma difícil decisão, me lançando num vôo, me pus a bater contra enormes rochedos, na busca de romper com conceitos, pré-conceitos, barreiras, fui de encontro com concepções que foram durante muito tempo formadora de quem eu sou, claro que não deixei de ser Eu, mas tirei de mim tudo o que me envelhecia e deixei o novo ressurgir. A esta garra que existe dentro de mim atribuo a um único *Deus*, todo poderoso, pois foi n’Ele e por Ele, que consegui concluir essa etapa da minha vida. Deus me deu uma enorme e maravilhosa família, dentro dela uma mãe modelo e principal incentivadora dos meus estudos “Vel essa vitória também é sua”, irmãos extraordinários que têm me ensinado o valor do amor fraternal e do companheirismo, Ricardo e Juninho amo muito vocês, a minha linda sobrinha Gabi pelo lindo amor que tem por mim, minha cunha Ane, que tem se mostrado uma verdadeira companheira para toda a família, amigos valorosos, admiráveis colegas de turma e professores com os quais compartilhei conhecimento, experiências de vidas e descobertas, vocês são de fundamental importância para mim. Enfim quero agradecer muito a minha orientadora Jucileide Nascimento, por me deixar livre de qualquer pressão que este trabalho possa causar em um acadêmico, pelas importantes contribuições e por me ajudar a escrever estas últimas linhas dessa fase da minha vida, o meu eterno agradecimento a todos vocês.

Resumo

O presente trabalho irá discutir Serviço Social, família e política de assistência social. Para tal buscar-se-á fazer uma retomada da história do Serviço Social, da política de assistência social e da instituição família, as quais marcam para esta profissão novos contornos para atuação. A escolha do marco inicial da análise é a década de 1980, o qual marca mudanças fundamentais para se conhecer esta profissão na contemporaneidade. Far-se-á discussão sobre a historicidade do Serviço Social abordando as principais mudanças ocorridas a partir da década de oitenta, na qual inúmeras transformações ocorreram, escrevendo e reescrevendo novos capítulos nas sociedades e na formação e consolidação da profissão. Transcorre ainda a discussão sobre a política de assistência social, mas surgindo no cenário uma das mais antigas instituições da sociedade, a família, considerada nesta pesquisa fator chave. Um resgate sobre o significado, a composição/formação, as mudanças ocorridas com o passar dos séculos e as transformações sofrida na sociedade, serão trabalhadas neste capítulo, bem como a centralidade da família no âmbito da política pública de assistência social. Por fim análise do exercício profissional na política de Assistência Social em Cachoeira.

Palavras chaves: Processos de trabalho; Família; Serviço Social; Política Nacional de Assistência Social

ABSTRACT

This paper will discuss the Social Work, family and social assistance politics. Therefore, there will be do a resumption of the Social Work history, of social assistance politics and the family institution, which mark a new profile for this profession to act. The choice of the starting point of the analysis is the 1980, which marks fundamental changes to meet this profession nowadays. Will be do a discussion of the historicity of Social Assistance addressing the major changes occurred since the eighties, in which many transformations occurred, writing and rewriting new chapters on societies and in the formation and in the consolidation of the profession. Also, presents a discussion about the social assistance politics but arising in the context of one of the oldest institutions of society, the family, considered a key factor in this research. A rescue on the meaning, composition / formation, the changes over the centuries and the changes experienced in society, will be worked on in this chapter, as well as the centrality of the family in the context of public politics on social assistance. Finally, we performed an analysis of professional practice in Social Assistance Politics at Cachoeira.

Keywords: work processes; family; Social Service; National Politics for Social Assistance.

LISTA DE SIGLAS

ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais

BA - Bahia

BH - Belo Horizonte

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CF - Constituição Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros Especializados de Assistência Social

DC - Desenvolvimento de Comunidade

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Avançada

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MBES - Ministério do Bem-Estar Social

NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

ONU - Organizações das Nações Unidas

PAIF- Programa de Atenção Integral à Família

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSF - programa de saúde da família

SAS/MPAS - Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1 AS INTERFACES DA RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E OS DIREITOS SOCIO-ASSISTENCIAIS | 21 |
| 1.1 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: OS PRINCIPAIS FATOS E MUDANÇAS QUE CONSTRUÍRAM A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL | 22 |
| 1.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS..... | 36 |
| 2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS MUDANÇAS NA FAMÍLIA BRASILEIRA: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)..... | 42 |
| 2.1 MUDANÇA E CONSERVADORISMO NA INSTITUIÇÃO FAMILIAR: O PAPEL DA FAMÍLIA HOJE..... | 44 |
| 2.2 A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA | 51 |
| 3 TRABALHO COM FAMÍLIAS NO SUAS: A REALIDADE DOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA CIDADE DE CACHOEIRA | 57 |
| 3.1 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS..... | 59 |
| 3.2 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMÍLIAS EM CACHOEIRA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRADIÇÕES E ESPECIFICIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL..... | 64 |

| | |
|--|-----------|
| 3.3 Os processos de trabalho dos (as) assistentes sociais nos CRAS's em CACHOEIRA: QUE TRABALHO É POSSÍVEL DESENVOLVER COM ESSAS FAMÍLIAS? QUAIS AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL?..... | 71 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 80 |
| ANEXO | |
| APÊNDICE | |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá discutir em torno do Serviço Social, família e política de assistência social. Para tal buscar-se-á fazer uma retomada da história do Serviço Social, da política de assistência social e da instituição família, as quais marcam para esta profissão novos contornos para atuação.

A princípio retornaremos a história do Serviço Social, tal discussão é necessária, pois para se compreender a natureza dos processos de trabalho do/a assistente social com as famílias no âmbito da assistência social, temos que ter um embasamento teórico-metodológico que subsidie a interlocução da pesquisa, neste encontra-se imbuído a história de formação do Serviço Social no Brasil.

Mas um recorte é necessário, e esse se fará à partir da década de 1980, o qual marca mudanças fundamentais para se conhecer esta profissão na contemporaneidade. Após inúmeras transformações ocorridas na sociedade, principalmente no âmbito da economia e na política na déc. de 1980, a categoria profissional parte para um pensamento mais crítico sobre as lutas de classes e não mais satisfazendo-se com o assistencialismo que lhe exigia um posicionamento neutro diante a face da questão social, o Serviço Social vem passando por significativas mudanças e caminha lado a lado com a história da sociedade brasileira.

O Brasil sofreu grandes crises na economia e na política, não dando mais conta do pagamento das dívidas externa, nem do aprofundamento da crise social, as quais a política social não dava mais conta de resolver.

Foram tomadas inúmeras medidas na busca de solucionar os problemas, entre essas a assistência social passa a ser utilizada como forma de administrar a miséria na busca de evitar o aprofundamento da questão social e ampliar as bases de legitimidade social do governo (SILVA E SILVA, 2007, p.47).

A partir dos anos 90 e especialmente nos anos 2000, o Estado brasileiro passou a operar com uma gama progressivamente mais ampla de políticas sociais,

respondendo a problemas sociais que se impuseram à agenda pública. (JACCOUD, 2009 p.64).

Podemos citar alguns ganhos nessa área como: Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS/1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004; a Norma Operacional Básica (NOB) em 2005; a criação do SUAS- Sistema Único de Assistência Social no ano de 2011 pela Lei 12.435.

Contudo o governo do presidente LULA estabeleceu uma política a qual servia a dois senhores, o primeiro a política econômica favorecendo ao capital financeiro nacional e internacional e o segundo implementando uma série de programas e iniciativas direcionadas aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas (MENDES E MARQUES 2007, p. 15)

São inúmeros os embates e desafios encontrados pela Assistência Social principalmente nas sociedades na qual as múltiplas faces da questão social revelam-se presente. Cabendo a busca por novas alternativas e ações públicas comprometidas, com as necessidades e interesses da população e a LOAS tem esta base como princípio levar aos cidadãos a garantia, informação e o acesso a bens e serviço qualificados garantindo uma maior participação.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica reguladora do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS/2011), trazem novas diretrizes, regras, fluxos e procedimentos à implementação da assistência social no país, e apontam para uma urgente adequação nos seus arranjos institucionais e sistemas de gestão, com relevantes desafios e requisitos a sua efetivação como política pública de garantia de direitos de cidadania. (BRASIL, 2008, p. 13)

Neste sentido a descentralização vai facilitar um melhor desenvolvimento da Assistência Social, facilitando uma melhor comunicação entre o poder público Municipal e a população que compõe o mesmo visando assim um melhor dialogo e implementações das ações assistenciais. Um personagem ganha destaque neste cenário das políticas sociais, a família.

A família como uma das mais antigas instituições na sociedade primitiva até a contemporânea ocupa um lócus privilegiado na formação, proteção e manutenção do indivíduo. Esta vem sofrendo ao longo do tempo inúmeras transformações e definições, mas nunca sem perder sua centralidade na sociedade. A família “é elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau baixo para outro mais elevado.” (MORGAN apud ENGELS 2002. p, 34).

Um paradigma é rompido na família de hoje, porque os padrões que regiam o mundo foram também rompidos. No cenário atual tanto o homem quanto a mulher saem em busca do sustento da família, como também são responsáveis pelos laços afetivos e pela educação dos filhos. E novos membros são agregados a esta nova família.

As mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias demandam novos papéis, novas exigências para essas figuras, personagens que ganham relevo não só na relação afetiva como os netos, mas também como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no seu sustento, mediante suas contribuições financeiras. (VITALE, 2010, p. 94)

Esses fatores de fragmentação e reestruturação familiar é bastante peculiar nas famílias de classe média baixa a baixa, que tem nos fatores internos e externos (econômico, político, cultural e social) elementos aglutinadores de sua mutação.

Essas mudanças é que traçam novos moldes/modelos para as famílias, há uma flexibilização de papéis que tornam-se fundamentais para se perceber o que mudou na instituição familiar. Encontramos hoje famílias monoparentais, chefiadas ou por mulheres (mães), por homens (pais), família constituídas de recasamentos, famílias homoafetivas, família formada por pessoas que não tem laços sanguíneos ou consanguíneos, mas que necessitam umas das outras financeiramente e afetivamente. São novos modelos de alianças, que tornam a família algo muito singular.

Nessa direção a Assistência Social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros. Nessa direção, a PNAS e a NOB-RH/SUAS procura incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2009, p. 13)

A discussão de processos de trabalho no âmbito do Serviço Social não é uma tarefa simples, afinal, a idéia que se tem sobre trabalho é aquela ligada ao trabalho fabril, no qual se apresentam as figuras do trabalhador, do proprietário da matéria prima e do instrumental de trabalho. Entretanto, mesmo sendo uma discussão complexa, as contribuições marxistas dão o direcionamento para a compreensão da dimensão histórica da profissão e suas manifestações na dinâmica do trabalho a partir do materialismo histórico-dialético.

Como um profissional/trabalhador o/a assistente social tem seu objeto de estudo e intervenção. E é as múltiplas expressões da questão social sua matéria-prima. O que se afirmar na fala de Araújo:

“nesta direção, afirma-se como objeto de trabalho do Serviço Social ‘as expressões da questão social’ por ser nela esta especialização do trabalho coletivo tem sua base de fundação”, “quanto aos instrumentos de trabalho, [...] o conhecimento (as bases teórico-metodológicas e o acúmulo técnico-operativo), deve ser tomado como um meio particular deste trabalho”. (2008, p. 15-16)

O/a assistente social está no seu exercício imbuído em “processos de trabalho” o qual se caracteriza pela sua multiplicidade, algo que envolve as heterogeneidades e as riquezas oriundas do seu objeto de trabalho e as relações mantidas com este.

Dentro da estrutura operacional do CRAS estabelecido pelo NOB-RH/SUAS (2005), este trabalho será realizado mediante alguns instrumentos, os quais os técnico que trabalham neste espaço devem desenvolver. Mas qual parte da fatia cabe ao assistente social, e como esse trabalho é realizado aqui, nesta pequena cidade do recôncavo baiano, que tem sua história marca por uma grande ascensão econômica, contudo com uma queda de iguais proporções, que marca na historia um crescimento do pauperismo e da vulnerabilidade social para população menos favorecida economicamente.

Metodologia

A pesquisa realizada surgiu a partir de indagações que emergiram no período do estágio supervisionado na área da assistência social, mais tarde ao se trabalhar como o Serviço Social e Família, pudemos perceber o quão interessante, complexa e sensível é a relação existente entre a assistência social e a família, instituição central das sociedades.

Das principais indagações surgiu o que denominamos a pergunta chave deste trabalho de conclusão de curso: Quais os processos de trabalho do/a assistentes sociais com as famílias cachoeiranas no âmbito da assistência social? Daí foram desmembrando-se mais perguntas: qual a relação histórica entre o Serviço Social e a Política de Assistência Social; que de mudanças ocorram no âmbito da instituição Família, que assim como a primeira necessitava de resposta.

Deu-se início a nossa investigação. Primeiro necessitava-se saber quais os equipamentos da assistência social eram usados aqui em Cachoeira, depois quantos profissionais de Serviço Social ocupavam esses espaços. Encontramos quatro aparelhos funcionando e em cada local um profissional atuando. Primeiro foi realizada um levantamento dos equipamentos do SUAS na cidade e em segundo um

primeiro contato com os profissionais, estabelecendo um primeiro contato como o sujeito/objeto¹ da pesquisa.

A abordagem metodológica do materialismo histórico dialético nos objetivos da pesquisa nos proporcionará uma aproximação com o objeto de pesquisa fazendo uma análise do contexto histórico, político e econômico os quais os sujeitos estão inseridos. Além da análise documental, do referencial teórico referente ao tema em questão.

O próximo passo era estabelecer quais as técnicas de pesquisa seriam necessárias para se chegar ao objetivo geral proposto compreendendo que trata-se de um conjunto de procedimentos que estabelece como fazer a pesquisa.

Como base na pesquisa empírica, esta nos proporciona a inserção no campo podendo assim recolher os dados a partir de fontes diretas (pessoas) que conhecem, vivenciaram ou tem conhecimento sobre o tema, fato ou situação e que, podem causar diferenciação na abordagem e entendimento dos mesmos, conduzindo a uma mudança, acréscimo ou alteração profunda, relevante que não distorça, agrida ou altere o conteúdo principal, mas sim que o enriqueça e transforme em conhecimento de fácil compreensão e também sentindo se atraído pelo tal.

Como instrumento a entrevista possibilita a coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado, visando apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007. p. 118). Através desta pudemos manter um diálogo direto com os profissionais, apreendendo das suas respostas abertas e livres a realidade do seu cotidiano profissional.

E é como base na teoria social crítica a qual nos dá embasamento para uma discussão entre a teoria e a prática numa autocrítica da forma de produção e reprodução social da sociedade vendo o homem e trabalho como uma constante do processo de transformações e contradições da realidade, permite-nos uma maior

¹ Consideramos que os sujeitos observados numa pesquisa não são meros objetos de estudo, mas um sujeito/ator dotado de faculdades, capazes de conhecer sua realidade e interferir na mesma.

compreensão do caráter contraditório das políticas sociais. Enfim nos dá suporte para toda a discussão trazida neste trabalho,

AS INTERFACES DA RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E OS DIREITOS SOCIO-ASSISTENCIAIS

A história se constrói a partir de inúmeras mudanças que a todo o momento escreve e reescreve novos capítulos nas sociedades e é com base nesses movimentos não lineares que podemos reconstituir a história de formação e consolidação de uma profissão, como também reconstituir os caminhos percorridos na construção das políticas que norteiam a governabilidade de uma sociedade.

Os caminhos se cruzam quando falamos do Serviço Social e das conquistas políticas no Brasil. Uma profissão que em sua gênese além da filantropia buscava responder aos interesses das classes dominantes ajudando assim na manutenção do status quo, mostrou-se uma notável militante na construção das novas políticas de direitos sociais e civis que abrangessem a toda sociedade, principalmente a população marginalizada ao longo do processo de construção do país chamado Brasil.

Analisar os processos de trabalho do Serviço Social com as famílias no âmbito da Política de Assistência Social requer um breve mapeamento da historicidade do processo de formação do Serviço Social no Brasil o qual veremos a seguir. Esse resgate nos trará suporte para a discussão do Serviço Social a partir dos anos de 1980 o qual marca mudanças fundamentais para se conhecer esta profissão e o seu profissional na contemporaneidade.

1.1 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: OS PRINCIPAIS FATOS E MUDANÇAS QUE CONSTRUÍRAM A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social tem sua origem marcada na consolidação do modo de produção capitalista e se pauta no enfrentamento das expressões da questão social², entendida como a materialização das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais no bojo das tensões existentes na relação capital versus trabalho.

Inicialmente impregnada pela doutrina católica, buscavam transformar a parcela da população vista como “desajustadas socialmente, numa visão distorcida de mudanças do indivíduo, pensava-se resolver os problemas sociais pela reforma dos costumes ou reforma social de cada um”, mas tinha por detrás não só a mudança dos indivíduos, mas o interesse de manter-se também no poder junto à classe burguesa.

Segundo Yazbek (2009) a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, também como no Brasil perpassa pelo processo de aceleração da industrialização/modernização, estando associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

Após inúmeras transformações ocorridas, a categoria profissional parte para um pensamento mais crítico sobre as lutas de classes e não mais satisfazendo-se com o assistencialismo³ que lhe exigia um posicionamento neutro diante a face da

² De acordo com Yamamoto (2009, p.27) a questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social a qual é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

³ Segundo (Nascimento: 2000, 2004) entende-se por assistencialismo uma ação social utilizada pelas elites dominantes, a fim de buscar minimizar os problemas criados pela exploração capitalista, com o

questão social, o Serviço Social vem passando por significativas mudanças, principalmente no que diz respeito a sua prática profissional. A história do serviço social caminha lado a lado com a história da sociedade brasileira.

O processo de mudança da profissão é decorrente das demandas que lhes são impostas principalmente pelas modificações que ocorreram no quadro político e econômico do país, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950. Encontramos durante esses períodos alguns elementos constituintes da história do Serviço Social.

Com o início do aprofundamento da crise nas políticas econômicas no Brasil, oriundo da “Crise de 29” que abalou as estruturas econômicas do mundo, eclode no país inúmeros movimentos de insatisfação, principalmente nas classes trabalhadoras, o que exige do Estado uma ação de cunho estabilizador dessas pressões que se expressão através da questão social.

Segundo Yamamoto (2009) o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. O assistente social torna-se um técnico formado com base na doutrina católica, imbuído de práticas assistencialistas voltados às questões morais, sendo inserido na divisão social e técnica do trabalho, tendo como objetivo principal responder as exigências da burguesia e do Estado em estabilizar as pressões feitas pelos trabalhadores que não estão mais satisfeitos com as condições de vida e de trabalho.

Silva e Silva (2007) em concordância afirma que: inequivocamente, a história mostra que a profissão se institucionaliza e se consolida, no Brasil, respondendo fundamentalmente aos interesses burgueses dessa sociedade. Todavia, refletindo-se as contradições da sociedade sobre a profissão, as respostas profissionais não tem sido unívocas e nas últimas três décadas vêm ganhado expressão o esforço

intuito principal de manutenção do sistema vigente e de evitar qualquer meio de manifestação contrária ao funcionamento deste. Caracterizando-se por suas ações: de fragmentação, descontinuidade, limitação, ineficácia e a ineficiência em relação ao atendimento das necessidades da população usuária. O assistencialismo é um perigoso instrumento, vazio de consequências transformadoras. Ao tempo que a Assistência Social é um direito social fundamentado nos princípios da universalização dos direitos e busca a intersetorialidade com outras políticas públicas, bem como trazer igualdade de direitos no acesso ao atendimento, e a divulgação ampla dos seus benefícios, serviços e programas assistenciais. Reconhecida como política social na Constituição de 1988.

organizado de profissionais na busca de nova identidade e de novas bases de legitimação para o Serviço Social junto às classes subalternas.

Nesse período destaca-se alguns fatos de importância para o Serviço Social como: a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que se torna alicerce fundador da primeira escola de Serviço Social no Brasil com base na doutrina social da igreja católica no Estado de São Paulo; o primeiro Código de Ética Profissional de 1948, elaborado pela ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais, com pressupostos neotomistas e positivistas; a lei de regulamentação profissional, Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, logo após é regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962, possibilitando a criação dos conselhos federal e regionais de Serviço Social, dando uma maior autonomia à profissão, sendo essa inscrita no quadro de profissão liberal.

Ainda nesse contexto pode-se citar os principais fatos que compreende as décadas de 1960 a 1980. Em 1964 se instala a ditadura militar no Brasil que se caracterizou pela falta de democracia, com a suspensão dos direitos constitucionais, censura, pensamentos capitalistas, perseguição política e repressão a todos que eram contra o regime militar.

De acordo com Coutos (2004), a utilização da força e da repressão foram estratégias adotadas pelos governos militares com forma de garantir a execução do projeto de transformação da nação em uma grande potência econômica, como também uma condição necessária para manter sua boa relação com o capitalismo estrangeiro que estava temeroso com o alastramento do comunismo e o socialismo nos países em subdesenvolvimento.

Estes interesses ficam claros na citação abaixo, a qual revela o jogo político envolvendo o governo brasileiro, que buscava a qualquer custo investimentos estrangeiros, para desenvolver o país e assim justificar a necessidade de um Estado ditador.

A partir do segundo pós-guerra, o mundo capitalista presenciou um grande movimento de articulação entre diversas economias, sob a hegemonia do grande capital monopolista norte-americano, que imprimiu à economia internacional o seu padrão de produção e consumo. Essa articulação processou via internacionalização do capital, por meio das empresas industriais transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados e do trabalho. (MOTA, 2000, p. 50)

No cenário da construção do Serviço social não basta somente compreender o contexto histórico, político, econômico e social do Brasil, há que se pensar também no que está ocorrendo no mundo, principalmente nos países desenvolvidos que segundo a citação “são ditadores de regras” para os países subdesenvolvidos, como é o caso do nosso país, que nesse período e ainda hoje busca incessantemente por crescimento econômico e tecnológico. Nesse processo ocorreram mudanças no código de ética instituindo-se um novo código em 1965; e o Serviço Social passa a limitar-se apenas na execução das políticas sociais do Desenvolvimento de Comunidade (DC).

Ainda assim a categoria mostrou-se relutante ao sistema implantado no país e através de alguns meios buscou mobiliza-se, segundo análise de Iamamoto (2008) naquele período era preciso aperfeiçoar o instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento que dessem suporte técnico a ação profissional.

Dentre esses meios encontramos ainda hoje na história alguns movimentos importantes que deram início a construção de uma nova face para Serviço Social, sendo eles: As realizações dos Seminários que trataram da Teorização do Serviço Social, Araxá em 1967; Teresópolis em 1970 – Metodologia do Serviço Social; Método BH⁴ em 1971; Sumaré e Alto da Boa Vista em 1978 – Cientificidade do

⁴ Encontro de profissionais em Belo Horizonte-Minas Gerais, juntando esforços na elaboração de um método de instrumentais capazes de responder as demandas da época. “Método BH no início da década de 1970, em uma conjuntura extremamente adversa, a uma das faces mais radicais da ditadura, [...]. Entretanto foi possível, dentro de muitos limites, próprios daquela época, abrir

Serviço Social. Fatores determinantes para o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, momento o qual o Serviço Social busca resposta para uma atuação mais condizente com a realidade do país e menos assistencialista e filantrópica⁵.

Houve novas mudanças no Código de Ética no ano de 1975; e em 1979 ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual ficou sendo conhecido como o “Congresso da Virada”. Nos anos 80 o cenário que o Serviço Social estava vivendo era dos avanços advindos nos debates em torno do Congresso da Virada e do Movimento de Reconceituação.

(...), o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de legitimação. (SILVA e SILVA, 2007, p. 39-40).

Há que se abrir um parêntese nesse momento, pois para o Serviço Social esse período do movimento de reconceituação foi o ponto chave no processo de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo, um salto qualitativo dado pelos profissionais, principalmente por terem assumido uma posição político-ideológica, compreendendo a dimensão política da prática profissional. .

horizontes para uma perspectiva do Serviço Social, distinta daquela então hegemônica” (IAMAMOTO, 2009, P. 21).

⁵ Silva e Silva (2007) traz em seu Livro Serviço Social e o Popular, uma construção a parti da discussão de diversos autores, sobre esse momento que encontramos acima, na perspectiva de um movimento de renovação/modernização “conservadora” do Serviço Social, a qual sofre profundas mudanças na sua base teórica e nas práticas profissionais, porém se mantém conservadora no núcleo básico de temáticas trabalhadas e discutidas pelos profissionais da área.

É possível destacar que o Movimento de Reconceituação no Brasil, enquanto um processo de construção de propostas e ação profissional que se configurou em três direções – perspectiva modernizadora (conservadora); reatualização do conservadorismo (perspectiva fenomenológica) e intenção de ruptura (perspectiva marxista), na perspectiva de Netto (2009), o qual não iremos nos aprofundar, pois não é esta a linha de discussão, mas torna-se importante como informação sobre as vertentes as quais o Serviço Social foi direcionando-se após esse período de intensos debates acerca da práxis profissional.

Em 1981 entra em funcionamento o primeiro curso de doutorado em Serviço Social na América Latina, ofertado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1982 há o reconhecimento da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O que simboliza um avanço acadêmico do Serviço Social. Em 1983 a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) a qual se caracterizou pela união de algumas associações e sindicatos da categoria; criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social em 1987.

Esse período é de suma importância, pois se consolida devido a maturidade profissional alcançada a abertura de um número significativo de cursos de formação, nos níveis de pós-graduação lato e stricto sensu o que amplificou a produção de conhecimentos científico, além do amadurecimento político-organizativo da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos.

No quadro político o Brasil estava sobre a égide do governo do presidente Figueiredo, cuja política baseava-se na ampliação da política de liberação, denominada 'abertura', permanecendo, porém, obediente aos parâmetros da democracia forte, estabelecido **pelos governos militares anteriores** (SILVA E SILVA, 2007, p 37, grifo nosso).

A abertura do governo no campo econômico ao capital estrangeiro traz consigo alguns pontos negativo que podemos observa na reflexão de Mota (2000).

Uma das consequências mais significativas da internacionalização, do ponto de vista político, residiu no fato de que as forças produtivas ultrapassaram os limites do próprio Estado nacional, fato que foi protagonizado pelo desenvolvimento das empresas transnacionais, que passaram a produzir mais-valor simultaneamente em vários países, esquivando-se do controle das políticas estatais regionalizadas. (p. 51)

A grande implicação da “invasão” do capital financeiro e tecnológico dos países desenvolvidos, nos países periféricos, é que estes acabam perdendo controle suas “políticas estatais regionalizadas” por serem burladas pelos países capitalistas. O controle político regional nos diz respeito à política industrial – produção de produto - valor de venda – lucro – salários, o Estado perde o controle do que as grandes indústrias e multinacionais estão produzindo. E o enorme capital produzido sai do controle do estado, pois este acaba não interferindo na sua política e o capital acaba sendo enviado para suas matrizes que estão em outros países. Dentro desse contexto cabe destacam-se três grandes capitais financeiros internacionais: o norte-americano, o europeu e o japonês.

O Brasil sofre grandes crises na economia e na política, não dando mais conta do pagamento das dívidas externas, nem do aprofundamento da crise social, as quais a política social não dava mais conta de resolver. O país saía de um regime autoritarista, para um governo que buscava uma nova democratização, mas que se encontrava deteriorado economicamente, com uma população de classe média empobrecida e outra parte da população em estado de miséria.

De acordo com Silva e Silva (2007) [...], a questão social foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime. Os serviços sociais são ainda assumidos como campo de investimento, com subordinação da assistência pública à reprodução do capital, fazendo com que as questões sociais sejam transformadas em problemas de administração, com burocratização e esvaziamento do seu conteúdo político.

Nesse barril de crises o Serviço Social também não fica alheio, as propostas de um Serviço Social não tradicional, “moderno”, não respondia mais aos problemas

enfrentados pelos profissionais. Há uma busca por novos parâmetros de atuação profissional condizentes com a realidade. Com a Nova República, o país precisa romper com os paradigmas do regime militar e construir nova base para uma república civil, que buscasse sair da crise deixada pelo antigo governo.

Inúmeras medidas foram tomadas na busca de solucionar os problemas, entre essas a assistência social passa a ser utilizada como forma de administrar a miséria na busca de evitar o aprofundamento da questão social e ampliar as bases de legitimidade social do governo (SILVA E SILVA, 2007, p.47). E que ainda de acordo com Coutos (2004) a nova forma de gestar sistema de seguridade social, é trazendo a assistência social como uma política social de natureza pública.

Com a Constituição de 1988, o Brasil passa a viver um momento de “Reestruturação da Proteção Social Brasileira”, pois a Constituição assegurava aos cidadãos, ampliação e extensão dos direitos sociais; universalização de acesso aos serviços sociais; seguridade social; maior comprometimento do Estado e sociedade no financiamento de todo sistema (SILVA e SILVA, 2007, p.49) entre outros elementos.

Nas palavras de Castro (2009), esse conjunto de inovações, pelo alcance de seu significado, descortinava perspectivas promissoras para a existência de políticas sociais de Estado, com garantia legal de recursos públicos para sua implementação. Indicava que o poder público em uma sociedade como a brasileira passaria a exercer um papel essencial e intransferível na produção, provisão e regulação de bens e serviços, além da defesa dos interesses coletivos e na assunção do social como verdadeiro bem público.

Na década de 1990 muitas mudanças são realizadas na estrutura do Estado, que se coloca na política neoliberal em virtude dos fenômenos de globalização e regionalização, com base em políticas liberais. De acordo com Yamamoto (2009, p.18) é no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica com base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho,

amplia-se a população sobrando [...] fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalterna.

O país passa a ser conduzido pelo padrão de ajuste do FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Orientado por esse modelo que o presidente Collor conduziu o Brasil, com a bandeira de acabar com a corrupção, de combater a crise econômica, Collor pretendia levar o País ao primeiro mundo, mas sua política de modernização com um estilo autoritário, no qual levou as questões sociais para o último plano, rompendo que quase por completo com os direitos adquiridos pela Constituição Federal.

Os direitos sociais que tem seu marco legal a Carta Constitucional 1988 nesse momento é considerado como um empecilho para o governo como afirma Silva e Silva (2007):

A constituição de 1988 é assumida como entrave à governabilidade, passando a ser considerada “inconstitucional” e inviabilizadora do Estado, principalmente no que se refere aos direitos sociais conquistados. A perspectiva de universalização dos direitos sociais mínimos, apontada na Constituição, torna-se letras mortas, num verdadeiro desrespeito às conquistas constitucionais, ampliando-se, em decorrência, um clima favorável para o clientelismo e favorecimento da corrupção. (p. 55)

Nessa mesma linha de raciocínio encontramos em Coutos (2004) críticas que em concordância com a citação acima afirma que todas as garantias constitucionais que foram consubstanciadas em legislações ordinárias passaram a ser alvo de desmontes pelos governos que sucederam à Constituição de 1988.

Com o isso o que se pode concluir é que para o Serviço Social nesse momento os caminhos haviam se estreitado, tanto no mercado de trabalho, quanto na sua possibilidade de atuação enquanto profissional, que tinha e tem no Estado um dos seus maiores empregadores. Ainda segundo a autora supracitada, nessa conjuntura alarga-se a pressão e a demanda pelo atendimento das necessidades sociais que não estão sendo supridas, em face do quadro conjuntural de

desemprego e arrocho salarial e à incapacidade de investimento de um estado falido e imerso na corrupção.

Após três anos de governo, Collor⁶ sofre impeachment, assumindo a presidência o seu vice Itamar Franco. Durante o seu governo como presidente implantou o Plano Real com a ajuda do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que mais a frente tornar-se-á presidente da república.

No governo de Itamar Franco, segundo Silva e Silva (2007) a concepção de modernização é revista, dentro de uma perspectiva de inclusão da maior parte da população que vem sofrendo com o desemprego e arrocho salarial, volta-se a falar em desenvolvimento e as questões sociais passam a fazer parte da agenda pública, sem que nenhuma medida proeminente seja adotada. A assistência social permanece centralizada no Ministério de Bem-Estar social tendo a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), suas duas grandes agências.

Foram poucas as mudanças ocorridas de fato na área social, “o legado do governo de Itamar Franco para a área social inscreve-se na esteira dos outros governos que o antecederam, poucas ações ou quase nulas no sentido de referendar os direitos contidos na CF de 1988” (COUTOS, 2004, p. 148) o país

⁶ O governo de Presidente Collor foi marcado por uma série de escândalos de corrupção os deputados e senadores instalaram uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) responsável por averiguar as denúncias de corrupção feitas contra o presidente. No fim dos trabalhos da CPI, ficou provado que Fernando Collor, com o apoio de seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, montou uma grande rede de corrupção que realizava o desvio de verbas públicas e o tráfico de influência política. Tal plano de corrupção ficou conhecido como “Esquema PC”. Além da fraude envolvendo a esposa do presidente na época, entre 1990 e 1991, a qual foi acusada de desvio de verbas públicas no período em que presidiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Também foi acusada de receber em sua conta bancária, cheques “fantasmas” do esquema PC, originários de empresas beneficiadas na licitação da LBA. . O escândalo dos Anões do Orçamento, o qual foi instaurado uma CPI a qual investigou 37 parlamentares por supostos envolvimento em esquemas de fraudes na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Os envolvidos roubaram mais de R\$ 100 milhões públicos, com esquema de propina, para favorecer governadores, ministros, senadores e deputados. Disponível em: <<http://www.muco.com.br/index.escandalo-da-legiao-brasileira-de-assistencia>>; <<http://www.brasile scola.com/historiab/fim-governo-collor.htm>>. Acesso em 14 de nov. 2012.

estava assolado em dívidas, as políticas sociais eram regidas pelas políticas econômicas, além da tendência a descentralização e municipalização das políticas sociais. Nesse viés a política de desresponsabilização do Estado ganha corpo e a sociedade passa a ter a responsabilidade junto ao governo na busca de amenizar a crise social.

A assistência social que integra à Seguridade Social tem em dezembro de 1993 sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual se deu pelo “resultado do movimento de parcela da sociedade civil, de organismo de classe, podendo citar a categoria dos assistentes sociais e da ação do ministério Público, que ameaçava processar a União pelo descuido com a área social.” (COUTOS, 2004, p. 148).

Neste mesmo ano é aprovado o novo Código de Ética do Serviço Social em vigor até os dias atuais que versa:

O reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo, na ampliação e consolidação da cidadania, com vista a garantias dos direitos das classes trabalhadoras; na defesa da radicalização da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; no posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegurem universalização de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática; e no empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito. (CFESS, 2009)

O Código de Ética profissional é uma ferramenta chave para o exercício da profissão, nele encontra-se os subsídios, normas de conduta e elementos que garantem a autonomia para a atuação do assistente social.

No ano de 1995 assume a presidência Fernando Henrique Cardoso-FHC, o governo foi marcado por inúmeras crises no setor social entre elas o enxugamento das verbas públicas no âmbito das políticas sociais, redução dos programas sociais e pelo processo de aceleração das privatizações do aparelho público. O governo precisava pôr o país no bloco dos países emergentes e para isso necessitava

cumprir com pontos exigidos pelos órgãos internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI). Nesse processo conquistas sociais garantidas anteriormente foram suprimidas e até mesmo extintas podendo citar a LBA, a CBIA, os Ministérios de Integração social e Bem-Estar entre outros. “no contexto de construção de um Estado mínimo, o que vem sendo minimizando, na prática, são os programas e os recursos para a área social” (SILVA E SILVA, 2007, p. 63).

O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria. Até dezembro de 2002, o Programa esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República. No momento da criação da Comunidade Solidária foram extintos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), e dois outros importantes órgãos para a proteção e assistência sociais, o Ministério do Bem-Estar Social (MBES) e o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA). Em substituição aos órgãos de assistência social extintos, foi criada a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SAS/MPAS). (PEREZ, 2005. p. 109-110).

Neste sentido o que é de responsabilidade do Estado é transferido de forma sutil para a sociedade detentora de tais direitos, como uma forma de contribuição da sociedade para as mazelas oriundas de um sistema econômico e político minimalista que se auto desresponsabiliza dos seus deveres. Entra em jogo o neoliberalismo.

De acordo com Couto (2004), os governos de Sarney, Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso construíram um projeto político alicerçado, salvaguardadas suas particularidades, na centralização da estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, considerada um peso para a nação e um entrave ao projeto de crescimento.

A ênfase nesse contexto é dada ao âmbito social, por ser a área de intervenção do assistente social. Assim a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social em geral. (YAZBEK, 2009, p. 15).

Na conjuntura histórica do Serviço Social as décadas de 1980 e 1990, não foram só marcadas pelo retrocesso e avanços nas políticas sociais, ocorreram significativas conquistas, no âmbito da produção de conhecimento há aprovação do currículo mínimo na formação do assistente social, aumento no campo da produção científica, uma ampla discussão do projeto profissional, condizente com o campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Há que se considerar que as pesquisas em Serviço Social têm contribuído para os avanços significativos em diferentes campos de ação profissional, no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos, na construção da proposta curricular e definição dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, na consolidação do projeto ético-político profissional entre outros aspectos. (BOURGUIGNON, 2007, p. 47.).

No início do séc. XXI, o quadro político é marcado pela ênfase dada as políticas de transferência de renda, buscando garantir aos mais pobres condições ainda que mínimas de subsistência. Em termo político, há o crescimento do terceiro setor⁷, que na perspectiva de garantia do trabalhador renega os direitos adquiridos, pois cresce o trabalho temporário, a terceirização, estratégia muito usada pelo governo, pois tira dele a responsabilidade social, o setor informal, et al.

A partir dos anos 90 e especialmente nos anos 2000, o Estado brasileiro passou a operar com uma gama progressivamente mais ampla de políticas sociais, respondendo a problemas sociais que se impuseram à agenda pública. (JACCOUD, 2009, p.64).

O governo do presidente Lula, ganhou notoriedade na política social, por colocá-la em questão na agenda política: o combate à fome e a miséria; o combate ao racismo e as desigualdades raciais, igualdade de gênero; a prevenção e o aprofundamento dos avanços na área de saúde e de assistência social; o

⁷ Refere-se a um acontecimento real inserido na e produção da reestruturação do capital, pautados nos (ou funcional aos) princípios neoliberais, sendo considerado um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidade) para a função social de resposta às sequelas da 'questão social' seguindo valores da solidariedade voluntária e local, da auto ajuda e da ajuda mútua. Nesse contexto encontramos um número significativo de organizações e instituições, não-governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, filantrópicas, empresas cidadãs. (MONTAÑO, 2007, p. 14,22)

crescimento da taxa de cobertura da previdência social; maior integração das políticas de desenvolvimento e de mercado de trabalho: a melhoria da qualidade de ensino; a implementação e expansão das Universidades Federais do Ensino Técnico Profissional bem como acessibilidade para os mesmos. (CASTRO, 2009, p. 102).

Assim o governo se propunha a enfrentar os desafios sociais advindo do sistema capitalista, utilizou-se de uma política administrativa diferenciada. Isto é uma política social que iria ocorrer encaixada com a assistência social trazendo assim uma melhor condição de vida para a população, mais igualdade social e econômica.

Podemos citar alguns ganhos nessa área como: Política Nacional de Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004; a Norma Operacional Básica (NOB); a criação do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, que abrange um conjunto de programas, projeto e benefícios na área da assistência social além dos seus equipamentos; Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Na construção e consolidação da rede entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

No governo LULA segundo Mendes e Marques (2007, p. 15) a política estabelecida visava servir a dois senhores, o primeiro a política econômica favorecendo ao capital financeiro nacional e internacional garantindo alta rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancário recorde e o segundo implementando uma série de programas e iniciativas direcionadas aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas. Estes programas e iniciativas são vista como meramente assistencialista.

Ainda de acordo com Yasbek (2009, p. 19):

Efetivamente, no país, apesar dos consideráveis avanços na Proteção Social, garantidos na Constituição Federal de 1988 e expressos, por exemplo, no ECA, na LOAS e no SUS, esses últimos anos não romperam com as características neoliberais que se expandiram desde os anos 90, face às necessidades sociais da população.

O governo adotou como estratégia para minimização das mazelas provocadas pelo pauperismo (um das expressões da questão social no Brasil) a focalização de ações na área da assistência social via programas de transferência de renda e outros programas sócio-assistenciais. Sendo seu carro chefe o programa Bolsa Família.

Nessa perspectiva Yamamoto (2009, p. 21) traz a reflexão que o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formação de políticas públicas e a gestão social. Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com atividades burocráticas e rotineiras, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego [...] o exercício da profissão é mais do que isso.

Outra autora que traz essa mesma linha de pensamento sobre as novas práticas postas para o Serviço Social mediante a nova face da sociedade é Yazbek (2009, p. 14) a qual afirma que nessa nova conjuntura histórica, os profissionais do serviço social, iniciam um novo processo de ultrapassagem das condições de meros executores de políticas sociais.

As autoras mencionadas nos deixa claro que é preciso no cenário atual romper com o cotidiano e com a imediatividade posta ao profissional. Vai mais além, com essa nova demanda na área da formulação, execução e gestão de políticas públicas sociais, permite ao Serviço Social um novo posicionamento, a exemplo da atuação do profissional na Assistência Social, segundo maior espaço sócio-ocupacional de atuação do Assistente Social (o primeiro é saúde). Para uma melhor compreensão dos desdobramentos desse cenário é necessário analisar de forma mais detalhada a organização e gestão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a qual será destaque no tópico a seguir.

1.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

A Assistência Social entre inúmeros conceitos constitui-se como uma política não-contributiva que tem como responsabilidade a garantia de serviços socioassistenciais a população em situação de vulnerabilidades, ou seja, a assistência tem como fundamento garantir os direitos sociais da população que dela precisar.

Mas nem sempre foi assim, antes da Constituição Federal de 1988, a assistência era viabilizada por via do seguro social, que garantia direitos a camada da população que possuísem vínculos empregatícios. A esses trabalhadores eram garantido pelo Estado o acesso à renda em casos de doenças, invalidez, velhice e desemprego.

“A instituição do seguro social permitiu minimizar a situação de insegurança e vulnerabilidade que marcava a situação do trabalhador assalariado. [...], contudo o seguro obrigatório esta muito longe de promover uma seguridade generalizada”. (CASTEL, apud JACCOUD, 2009, p. 59). Esse modelo de proteção social a muito não respondia as mudanças políticas e econômicas que estavam ocorrendo no país. Com a Constituição de 1988 esse quadro sofre mudanças e a assistência social que atuava de forma excludente ou filantrópica ganham um novo redimensionamento no quadro da Política Social brasileira, passando a atuar no âmbito da seguridade social.

Segundo Yasbek (2006) com a regulamentação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) em 1993 a assistência social passou a ocupar o âmbito dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Configurando assim uma nova base para a assistência. *“como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo”*.

A atual configuração da Assistência Social orienta-se pela lógica do direito, conforme inscrito na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 1993), alterada pela Lei nº 12.435, de 6 julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Os processos, mecanismos e instrumentos de sua operacionalização foram regulamentados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS de 2004 e na Norma Operacional Básica do SUAS -

NOB/SUAS, de 2005, ano em que se inicia o processo de implantação do SUAS no território brasileiro (BRASIL, 2011).

Neste sentido pode-se afirmar que a LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social brasileira indicando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como a política pública e de direito dos que dela necessitem. A inserção na seguridade aponta também para o seu caráter de política de proteção social (Yazbek, 2006, p.13).

Sua formulação, com os instrumentos de gerenciamento, de monitoramento, com a definição dos espaços públicos articuladores, constitui-se em avanço notório no campo da política social no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que efetivamente foi aprovada pela Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com publicação no Diário Oficial da União de 28/10/2004, resultante de intenso e amplo debate nacional. Expõe como diretrizes:

- I. Descentralização político administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal bem como às entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2004, p. 32-33).

Na área da Política Assistência Social podemos destacar alguns programas como: o BPC que destinado a pessoas que não contribuem para a previdência, tem um caráter continuado, sendo um dispositivo constitucional; O Bolsa Família como um programa de transferência de renda destinado a família de baixa renda; O programa de saúde da família (PSF). “A PNAS aponta para a realização de ações

direcionadas a proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento das necessidades sociais”. (COUTO, 2009, p. 209).

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem (BRASIL-PNAS, 2009, p.15).

Na estrutura da proteção social da assistência social, a PNAS apresenta dois níveis de atenção diferenciados: proteção social básica, as quais serão referenciados nos Cras – Centros de Referência de Assistência Social e proteção social especial de alta e média complexidade que serão referenciados no Creas - Centros Especializados de Assistência Social.

A proteção social básica apresenta caráter preventivo e processador da inclusão social. Com objetivos de: [...] prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinando-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras) (BRASIL-PNAS, 2009, p. 33).

Mas do que os gestores e militantes da política pública da assistência social tiveram que criar caminhos para garantir o funcionamento de instituições que trouxessem os interesses da sociedade civil, dos governos federal, estadual e municipal para negociar os rumos e tomar as decisões que estavam postas a partir da LOAS. Era preciso definir o que cada nível de governo poderia fazer sozinho e o que poderia contar com a colaboração e responsabilidade dos demais. (CFESS, 2006)

Cabendo ressaltar ainda dentro do campo da Assistência Social a culminância desses esforços com implantação o SUAS (Sistema Único de Assistência Social),

segundo Couto (2009) representa um esforço no sentido de organizar, de forma clara, a estruturação nacional da política de assistência social.

Com o Suas foi promulgado em 06 de julho de 2011 pela Lei 12.435/2011, ocorre alteração no modo de financiamento Federal, para Estado e Município, as políticas sociais ganham o caráter descentralizador de suas ações. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) introduz uma concepção de sistema orgânico em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental. (COUTO, 2009, p.206).

O SUAS, resulta do acúmulo de forças dos movimentos da sociedade civil, como as lutas do Fórum Nacional de Assistência Social, dos assistentes sociais; das experiências municipais; de estudos e pesquisas dos institutos de pesquisa e universidades; e dos debates coletivos, como os realizados nas Conferências de Assistência Social, com destaque para a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, que deliberou pela implantação do SUAS, modelo de gestão próprio e único para todo o território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema integrado, descentralizado e participativo, tal qual preconizado pela LOAS. (TEIXEIRA, 2009, p. 256)

Finalmente foi rompida a transferência de recursos por via convencional um convenio entre entidade social, o gestor federal e o gestor municipal, o qual não era considerado ente federativo, mas entidade social. A partir do SUAS a transferência de recursos Federais é realizada fundo a fundo para os Municípios habilitados e na forma de piso (SPOSATI, 2006, p.97).

Neste sentido a descentralização vai facilitar um melhor desenvolvimento da Assistência Social, facilitando uma melhor comunicação entre o poder público Municipal e a população que compõe o mesmo visando assim um melhor diálogo e implementações das ações assistenciais.

São inúmeros os embates e desafios encontrados pela Assistência principalmente nas sociedades na qual as múltiplas faces da questão social revelam-

se presente. Cabendo a busca por novas alternativas e ações públicas comprometidas, com as necessidades e interesses da população e a LOAS tem esta base como princípio levar aos cidadãos a garantia, informação e o acesso a bens e serviço qualificados garantindo uma maior participação.

As ações de proteção especial voltam-se aos indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes de abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência etc. Essas ações destinam-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e por indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou em situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários, que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. (BRASIL, 2004, p. 38).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica reguladora do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS/2011), trazem novas diretrizes, regras, fluxos e procedimentos à implementação da assistência social no país, e apontam para uma urgente adequação nos seus arranjos institucionais e sistemas de gestão, com relevantes desafios e requisitos a sua efetivação como política pública de garantia de direitos de cidadania. (BRASIL, 2008, p. 13)

No trato com as famílias, tanto o Serviço Social quanto as políticas de assistência social, tem nesta tão importante instituição sua base de informação, formação, construção e efetivação.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS MUDANÇAS NA FAMÍLIA BRASILEIRA: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Como uma das mais antigas instituições na sociedade primitiva até a contemporânea a família ocupa um lócus privilegiado na formação, proteção e manutenção do indivíduo. Esta vem sofrendo ao longo do tempo inúmeras transformações e definições, mas nunca sem perder sua centralidade na sociedade.

A família é um fenômeno internacional e, até hoje historicamente permanente em todos os grupos sociais, mesmo culturalmente diversos, encontramos a instituição familiar. Mas a família não é algo concreto, ela é um sistema de relações estruturado em dois eixos: o da linhagem articulando gerações e o da aliança articulando famílias distintas através do casamento **ou união**. (MEDINA, 1997, p. 13, grifo nosso).

Um paradigma é rompido na família de hoje, porque os padrões que regiam o mundo foi também rompido e o mais significativo de todos foram as conquistas adquiridas pelas mulheres e este fato fez toda a diferença na transformação ocorrida na família.

No cenário atual tanto o homem quanto a mulher saem em busca do sustento da família, fazendo com que novos personagens entrem no cenário familiar, sendo estes, os avós que assumem as obrigações domésticas como a educação dos netos, as tarefas do lar (arrumação da casa, fazer as refeições entre outros), como também o sustento financeiro. Até mesmo assumem os filhos de uma relação desfeita, já que nesse modelo de família o afeto é o principal constituinte desta união, sendo assim esta passível de ser desfeito uma vez que o sentimento pode acabar.

No âmbito da Política de Assistência Social seu lócus está na busca por efetivar garantir a assistência à população que dela necessita por meio de

programas, projetos e benefícios, que vise o acesso aos direitos sociais, à proteção social que inclui a emancipação do cidadão/indivíduo. Reconhecendo a família como elo principal de suas ações, pois é no seio da família que o sujeito se socializa, se reconhece como pessoa criando sua identidade, entre outros fatores que serão discutidos.

Acaba por defini-la como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. Como resultado das modificações e superação da referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. (BRASIL-PNAS, 2009, p.40-41)

Nessa estrutura as famílias que são priorizadas no atendimento do SUAS, são as fragilizadas socialmente, economicamente e culturalmente. Agora entra em pauta como esse atendimento é efetivado, em termos dos profissionais que trabalham em prol dessa efetivação.

2.1 MUDANÇA E CONSERVADORISMO NA INSTITUIÇÃO FAMILIAR: O PAPEL DA FAMÍLIA HOJE

Como uma das mais antigas instituições na sociedade primitiva até a contemporânea a família ocupa um lócus privilegiado na formação, proteção e manutenção do indivíduo. Esta vem sofrendo ao longo do tempo inúmeras transformações e definições, mas nunca sem perder sua centralidade na sociedade.

A família segundo Morgan (1945) apud Engels (2006, p. 34) “é elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau baixo para outro mais elevado”.

Ainda segundo o autor a família se constitui desde os primórdios da construção da sociedade, primeiramente com o estado selvagem, dividido-se em três fases: a inferior na qual começa uma formação de linguagem articula, sobrevivendo do que encontrava na floresta: a média caracterizada pela mudança na alimentação começando a incluir peixe e crustáceos e instrumentos rústicos de pedra; a superior a invenção do arco e flecha caracterizando um maior desenvolvimento das faculdades mentais com a criação de instrumentos mais elaborados que possibilitou um melhoramento na alimentação incluindo agora a caça de animais.

Outra fase é a da barbárie que caracteriza-se pela introdução da cerâmica, fabricação de cestos, vasos, domesticação de animais, cultivos de cereais, hortaliça construções com o emprego de pedras e tijolo cru, a fundição de ferro até a escrita alfabética caracterizando a fase da civilização. Este breve mapeamento da evolução da sociedade nos dá embasamento para descrever ainda segundo o autor supracitado como se deu o desenvolvimento da família.

Existiu uma época primitiva em que a família era constituída pelo envolvimento de cada homem com cada mulher pertencente à tribo ou grupo, logo todos se pertenciam, o que hoje é caracterizado por promiscuidade. Nessa fase a

família não se pensava assim, logo filhos e filhas tinham relações com seus pais, mães, tios, tias, avós, primos e primas.

Hoje nos é estranho pensar na família constituída dessa maneira, pois não se concebia naquele período a questão da moral, do incesto, do promíscuo e do pecado religioso. Com o desenvolvimento dessas tribos mudanças foram ocorrendo, não se permitia mais o envolvimento sexual entre pais e filhos, entre irmãos, entre primos e tios, o pertencimento consanguíneo começou a fazer parte de um impedimento para um relacionamento/casamento.

De acordo com Medina (1997) a família é um fenômeno internacional e, até hoje historicamente permanente em todos os grupos sociais, mesmo culturalmente diversos, encontramos a instituição familiar. Mas a família não é algo concreto, ela é um sistema de relações estruturado em dois eixos: o da linhagem articulando gerações e o da aliança articulando famílias distintas através do casamento **ou união**⁸ (grifo nosso).

Dentre as definições sobre a instituição familiar, consideramos esta condizente com os novos formatos e arranjos adquiridos pelas famílias hoje, pois quando se fala de algo tão peculiar, ainda que a família tenha sua estrutura diferenciada quanto aos membros que as formam, ela origina-se dentro da lógica de relações e nos deixa margem para discutir suas transformações como um processo de incorporação das mudanças ocorridas na sociedade.

Ainda há outra que muito nos diz respeito, pois nos mostra que a família além de incorporar os elementos da definição anterior, também pode ser definida de dentro para fora a partir do nosso próprio olhar.

A família é pensada como realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipa a sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói a noção de si. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa

⁸ Ainda de acordo com Pereira (1990) união como início da constituição do mundo do casal, expressando a aliança entre duas famílias de origem, cada um dos cônjuges oriundos de uma união anterior (p. 15).

sociedade, cada família **tem e terá uma visão** e versão de sua história. (SARTI, 2005, p. 26-27, grifo nosso).

O processo de colonialismo, da propriedade privada, industrialização, urbanização⁹, foi ao longo do tempo dando novos moldes a composição familiar, nos permitindo compreendê-la nas suas diversas formatações.

No Brasil o processo de colonização nos permitiu a construção do modelo da família nuclear ou dominante, inspirado nas famílias dos senhores de engenho, altamente patriarcais. Sendo esta uma das mais importantes instituições da nossa sociedade, *“podemos assim afirmar, que todos tinham família, mas o modelo de família aceito pela sociedade era o da classe dominante”* (MEDINA, 1997, p.14).

Medina (1997) ainda em suas considerações acerca da família a classifica em duas estruturas, que considero interessante mencionar, pois possibilita na construção do presente texto visualizar esta instituição, as quais estruturam-se da seguinte forma: 1ª a família tradicional, composta pelo pai, mãe e filhos, sendo o pai o provedor do lar e a mãe responsável pelas tarefas domésticas e pela educação dos filhos, buscando sempre ser a mais extensa possível no número de filhos como uma garantia de perpetuação da linhagem familiar, esta tem suas raízes no passado e ainda é presente.

A estrutura tradicional inicia-se como o namoro, noivado e o casamento de dois membros de famílias distintas tendo como sentimento em comum à união/aliança destas famílias, “o amor” não predomina apenas cada cônjuge tem que cumprir com suas obrigações/funções. O homem (o cabeça ou chefe) é provedor da subsistência familiar e a mulher sempre mantendo sua subserviência no lar, educando os filhos e trabalhando somente nos afazeres domésticos.

⁹ Para melhor compreensão ver a obra de ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Tradução: Ruth M. Klaus. São Paulo, Centauro, 2006.

A segunda refere-se à família em transição, neste modelo a união baseia-se no sentimento mútuo existente entre duas pessoas, não está mais em jogo os interesses ou aliança entre as famílias e “sim o amor, o sentimento”. Não há mais a preocupação com as etapas anteriormente estabelecida que iniciasse-se com o namoro ao casamento. O casal decide unir-se, realizando ou não uma cerimônia religiosa ou civil.

E a razão de se unirem, não é mais a aliança [...] e sim o estabelecimento de uma relação afetiva que se pretende duradoura enquanto o afeto se mantiver. Une-se hoje, porque os dois se gostam. A decisão é do casal [...]. Afetos, entretanto são passíveis de extinção e se assim é a sociedade o reconhece, aceita-se, também a dissolução do casal, se não se ama mais. (MEDINA, 1997, p. 19).

Um paradigma é rompido na família de hoje, porque os padrões que regiam o mundo foi também rompido e o mais significativo de todos foram as conquistas adquiridas pelas mulheres e este fato fez toda a diferença na transformação ocorrida na família. A mulher ganhou o direito de conduzir sua própria vida, decidindo se se casa ou não, se vai trabalhar fora ou não, se continua os estudos ou não, se tem filhos ou não¹⁰. Homem também muda de posição na família, pois passa a não ser mais o único provedor do sustento sendo por vez ele a assumir os afazeres domésticos enquanto a mulher vai trabalhar fora.

De acordo com Medina (1997) os papéis sociais exercidos não são mais distintos por gênero/sexo, porque na sociedade de hoje ambos têm que saber participar das atividades domésticas, educação dos filhos e exercer uma profissão. Todos fazem as mesmas coisas e se substituem com facilidade. E ainda segundo ele:

¹⁰ Segundo Sarti (2005) a partir da década de 1960, não apenas no Brasil, mas em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução interferindo definitivamente na sexualidade da mulher. Esta passou a decidir sobre a maternidade, separando sua vida sexual e social, pois possibilitou à mulher uma ampliação na sua atuação no mundo social. (p.21).

Podemos afirmar que havendo a união, constitui-se um mundo do casal, um mundo do trabalho (o prover) e o mundo doméstico (se moram na mesma casa ou tem filhos). Mas um fato ocorre. Assim como no mundo do casal é marcado pelo afeto, homem e mulher são iguais, também o serão no mundo doméstico e no mundo do trabalho. Todos serão responsáveis pela casa e educação dos filhos e todos os dois deverão ir à luta para conseguir o seu sustento (MEDINA, 1997, p. 19-20).

Esta não é uma posição confortável para àquele, que era tido como o chefe, mas não esta discussão que esta em jogo e sim os fatores que contribuíram para transformar a família. Outros atores que aparecem em cena, nos novos arranjos familiares são os parentes, aqui nos referimos aos avós e tios.

No cenário atual tanto o homem quanto a mulher saem em busca do sustento da família, fazendo com que os avós assumam as obrigações domésticas como a educação dos netos, as tarefas do lar (arrumação da casa, fazer as refeições entre outros), como também o sustento financeiro. Até mesmo assumem os filhos de uma relação desfeita, já que nesse modelo de família o afeto é o principal constituidor desta união, sendo assim esta passível de ser desfeito uma vez que o sentimento pode acabar.

Em consonância, Vitale (2010) em suas pesquisas nos apresenta que em face da fragilidade dos laços conjugais, os avós tendem a ser, para os netos, um polo de estabilidade familiar e ainda em situações mais extremas filhos e netos voltam temporariamente ou definitivamente para a casa dos pais/avós (p. 103).

As mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias demandam novos papéis, novas exigências para essas figuras, personagens que ganham relevo não só na relação afetiva como os netos, mas também como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no seu sustento, mediante suas contribuições financeiras. (VITALE, 2010, p. 94)

Esses fatores supramencionados de fragmentação e reestruturação familiar é bastante peculiar nas famílias de classe média baixa a baixa, que tem nos fatores internos e externos (econômico, político, cultural e social) elementos aglutinadores de sua mutação¹¹. Que é corroborado na fala de Sarti (2005) ao referi que a família pobre constitui-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, e ao mesmo tempo viabiliza sua existência como apoio e sustentação básica.

Essas mudanças é que traçam novos moldes/modelos para as famílias, há uma flexibilização de papéis que tornam-se fundamentais para se perceber o que mudou na instituição familiar. Encontramos hoje famílias monoparentais, chefiadas ou por mulheres (mães), por homens (pais), família constituídas de recasamentos¹², famílias homoafetivas¹³, família formada por pessoas que não tem laços sanguíneos ou consanguíneos, mas que necessitam umas das outras financeiramente e afetivamente. São novos modelos de alianças, que tornam a família algo muito singular.

Segundo Medina (1997) somos ainda presos aos valores e comportamentos presentes no modelo tradicional e guardamos o que nele achamos bom. Neste pensamento encontramos o que ficou na sociedade de hoje dos vestígios/fragmentos/ elementos constituidor da família nuclear do passado, não de maneira explicita, enumerando cada característica existente, mas deixando no nosso consciente aquilo o qual consideramos importante ter na nossa própria família, pois a singularidade e a particularidade de cada núcleo familiar é o que torna esta instituição tão peculiar e duradoura na sociedade contemporânea.

Outro ponto de relevância a ser trazido para discussão é a estrutura familiar quanto ao aumento no número de famílias chefiadas por mulheres. “Os grupos

¹¹ Neste caso a palavra ‘mutação’ é despida de toda sua negatividade simbólica, referindo-se a mudanças que ocorreram por incorporação de diversos elementos interno e externo oriundo das transformações da sociedade.

¹² Compreende a união de um casal em que um ou ambos já foram casado, ou seja, já vieram de outro relacionamento, podendo ou não ter filhos da 1ª união.

¹³ Entende-se por uma união entre pessoas do mesmo sexo, podendo ter ou não filhos adotivos, ou filhos de um dos companheiros.

domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa”. (2005, p. 30)

Da década passada até 2002 houve um crescimento de 30% da participação da mulher como pessoa de referência da família. Em 1992, elas eram referência para aproximadamente 22% das famílias brasileiras, e em 2002, passaram a ser referência para próximo de 29% das famílias. Esta tendência de crescimento ocorreu de forma diferente entre as regiões do País e foi mais acentuada nas regiões metropolitanas (BRASIL, 2004, p. 20).

Estes números continuam crescendo, novos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) que apontam no período de 2001 a 2009, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. O percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que, em termos absolutos representa 21.933.180 famílias que identificaram como principal responsável uma mulher em 2009. (IPEA, 2009, p. 5)

Configurando mais uma vez a multiestruturação da família brasileira, as que são chefiadas por mulheres também apresentam-se diversificadas na sua estrutura:

Essas famílias são bastante heterogêneas e apresentam as mais diversas configurações: mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos. (IPEA, 2009, p. 5).

Este elemento torna-se importante pelo fato da política pública no seu equipamento trabalhar buscando dar mais ênfase a mulher, a criança, o adolescente, o idoso, o portador de necessidades especial e o sujeito que apresenta-se em situação de risco ou vulnerabilidade.

De acordo com Sarti (2005) se em toda a sociedade brasileira, a família é de um alto valor, entre os pobres sua importância é central, e não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante do desamparo social. Para eles esta constitui-se como referência simbólica fundamental que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro para fora.

A família, como elemento aglutinador do atendimento, busca romper com a lógica segmentada da política social brasileira. A família, como compreensão condensada dos reflexos da desigualdade social brasileira, é pensada como núcleo de resistência e produto de uma realidade dura, expressa não só pelos carecimentos econômicos, políticos e sociais, mas pelos elementos subjetivos de sua forma de resistência a esses carecimentos. (COUTO, 2009, p. 208.)

2.2 A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA

A Política de Assistência Social tem no seu lócus a busca por efetivar garantir a assistência à população que dela necessita por meio de programas, projetos e benefícios, que vise o acesso aos direitos sociais, à proteção social que inclui a emancipação do cidadão/indivíduo. Reconhecendo a família como elo principal de suas ações, pois é no seio da família que o indivíduo se socializa, se reconhece como pessoa criando sua identidade, entre outros fatores que serão discutidos.

Acaba por defini-la como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. Como resultado das modificações e superação da referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. (BRASIL, 2009, p.40-41)

A Assistência Social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros.

Nessa direção, a PNAS e a NOB-RH/SUAS procura incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2009, p. 13)

Sem dúvida, há uma perspectiva de avanço nessa inserção das famílias na política de assistência social, uma vez que não há apenas uma responsabilização, mas se oferece uma contrapartida pública em programas, projetos, benefícios e serviços que visam fornecer os meios necessários, inclusive renda e serviços socioeducativos e assistenciais, para que haja, efetivamente, um retorno positivo. (TEIXEIRA, 2009, p. 259)

De acordo com o PNAS- NOB-RH/SUAS (2009) foram elaborados elementos e técnicas que definir e regular a prestação de serviços no âmbito da proteção social na política de assistência sendo eles:

- Matricialidade Sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.
- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

Dentro do contexto o qual estamos trabalhando serão discutidos aqui alguns elementos os quais consideramos fundamentais para a regulação do Suas: a matricialidade sócio familiar; a descentralização político-administrativa e a territorialização.

Segundo a PNAS/2004 define que a matricialidade família independente do formato que a família assuma essa é responsável, ou melhor, é constituidora e mediadora das relações em o sujeito e a coletividade caracterizando um movimento pendular entre o público e o privado e que no seu seio abriga para inúmeras relações conflituosas.

Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. E que com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2009, p.42).

Em 2011 foi promulgada a lei para acompanhar as mudanças que ocorreram na gestão financiamento e controle da PNAS, e em linha gerais materializa o SUAS. A Descentralização político-administrativa a qual preconiza segundo a Lei Nº 12.435/2011 que acrescenta a Lei nº 8.742/1993, pelo Art. 6º:

A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
 - II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º - C;
 - III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
 - IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
 - V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
 - VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
 - VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.
- (BRASIL/NOB-RH, 2011, p. 2.)

A Territorialização refere-se à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialidade se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximo aos seus usuários. Isso aumenta a eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (BRASIL/NOB-RH, 2009, p. 13).

Após pontuado as diretrizes de regulamentação do SUAS há que se pensar quais os equipamentos são utilizados. Entram no cenário os Centros de Referência da Assistência Social, os programas e benefícios. Os centros de Referência se dividem em dois:

- O CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) serão prestado os atendimentos que fazem parte da proteção básica que tem nos seus limiaries a atuação com as famílias e indivíduos no espaço comunitário buscando prevenir situações de risco e fortalecer os vínculos existentes em estes. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2009, p.37)
- O CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) será prestado serviços que referem-se à proteção social especial a qual divide-se em média e de alta complexidade que visa priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias. Atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos e ou por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil. Serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar

condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito. (BRASIL/NOB-RH, 2009, p.37)

Couto (2009) reafirma que nessa esteira, os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), vinculados à proteção social básica, e os Centros Especializados de Assistência Social (Creas), vinculados à proteção social especial, representam a afirmação da presença do Estado na condução da política de assistência social. E que ainda no âmbito dos desafios da gestão do SUAS está a máxima de potencializar nos atendimentos atividades de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos usuários como forma de materialização da participação deles no espaço de controle social utilizando mecanismos de democratização da política.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2012) um dos serviços disponibilizado pelo equipamento do SUAS na proteção básica, o PAIF- Programa de Atenção Integral à Família¹⁴, visa o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. E que é obrigatoriamente prestado dentro dos trabalhos desenvolvidos no CRAS.

Nesse âmbito as famílias que são priorizadas no atendimento do SUAS, são as fragilizadas socialmente, economicamente e culturalmente. Agora entra em pauta como esse atendimento é efetivado, em termos dos profissionais que trabalham em

¹⁴ Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Programa de Atenção Integral à Família, passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, mas preservou a sigla PAIF. Esta mudança de nomenclatura enfatiza o conceito de ação continuada, estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto no Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência social - LOAS. Disponível em: <[http:// www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acessado em set. 2012.

prol dessa efetivação. O destaque será dado ao trabalho do (a) profissional de Serviço Social no aparelho do SUAS.

3 TRABALHO COM FAMÍLIAS NO SUAS: A REALIDADE DOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA CIDADE DE CACHOEIRA

Para compreender os processos de trabalho do (a) assistente social, na gestão e implementação do SUAS, há que se trazer a luz, o que percebemos sobre processos de trabalho. O que torna relevante fazer um recorte da construção desse objeto de estudo dividindo-o em partes. A princípio é interessante à discussão da construção ontológica o trabalho que segundo Almeida, Cardoso e Barbosa (1999, p. 109) “é compreendido como um processo social de transformação que visa atender necessidades sociais de reprodução humana”.

A discussão de processos de trabalho no âmbito do Serviço Social não é uma tarefa simples, afinal, a idéia que se tem sobre trabalho é aquela ligada ao trabalho fabril, no qual se apresentam as figuras do trabalhador, do proprietário da matéria prima e do instrumental de trabalho. Entretanto, mesmo sendo uma discussão complexa, as contribuições marxistas dão o direcionamento para a compreensão da dimensão histórica da profissão e suas manifestações na dinâmica do trabalho a partir do materialismo histórico-dialético. Mas, para se ter uma compreensão dessa dimensão histórica, é necessário primeiramente entender como se configura o mundo do trabalho e como o Serviço Social tem acompanhado tais mudanças.

Como um profissional/trabalhador o/a assistente social tem seu objeto de estudo e intervenção. E são as múltiplas expressões da questão social sua matéria-prima. O que se afirma na fala de Araújo (2008, p. 15-16) “nesta direção, afirma-se como objeto de trabalho do Serviço Social “as expressões da questão social” por ser nela esta especialização do trabalho coletivo tem sua base de fundação”, “quanto aos instrumentos de trabalho, [...] o conhecimento (as bases teórico-metodológicas e o acúmulo técnico-operativo), deve ser tomado como um meio particular deste trabalho”.

O/a assistente social está na sua prática imbuído em “processos de trabalho” o qual se caracteriza pela sua multiplicidade, algo que envolve as heterogeneidades e as riquezas oriundas do seu objeto de trabalho e as relações mantidas com este.

Dentro da estrutura operacional do CRAS estabelecido pelo NOB-RH/SUAS, este trabalho será realizado mediante alguns instrumentos, os quais os técnico que trabalham neste espaço devem desenvolver. Mas qual parte da fatia cabe ao assistente social, e como esse trabalho é realizado aqui, nesta pequena cidade do recôncavo baiano, que tem sua história marca por uma grande ascensão econômica, contudo com uma queda de iguais proporções, que marca na historia um crescimento do pauperismo e da vulnerabilidade social para população menos favorecida economicamente.

Isso nos leva a discussão que no trabalho dos (as) assistentes sociais com as famílias cachoeiranas encontraremos especificidades e contradições, as quais serão elucidadas, lembrando sempre que como um equipamento do SUAS muito das demandas vindas, coincidem, mas ainda sim não desfaz a singularidade e particularidade de cada local de atendimento.

3.1 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS

Ao introduzir a discussão sobre os processos de trabalho do (a) assistente social, na gestão e implementação do SUAS, há que se trazer a luz, o que compreendemos sobre processos de trabalhos. Para tal é relevante fazer um recorte da construção desse objeto de estudo dividindo-o em partes.

Em sua construção ontológica o trabalho segundo Almeida, Cardoso e Barbosa (1999, p. 109) “é compreendido como um processo social de transformação que visa atender necessidades sociais de reprodução humana”. Mas, vai mais além, é pelo trabalho que o homem se diferencia e se distancia da natureza, ao submetê-la a sua vontade no ato de transformá-la em produtos necessários à sua vida, tais produtos são valores de uso, que podem satisfazer diferentes necessidades humanas. (MARX apud GRANEMANN, 1999, p. 156).

Ainda de acordo com Marx (1988) citado por Granemann (1999) é pela capacidade teleológica do homem que este distingue-se dos outros animais, e tal capacidade permitiu a esse desenvolver-se em sociedade. Netto (2006, p.34), “foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal”.

Há toda uma construção histórica entre o homem e o processo de trabalho que vai do trabalhador livre, dono de sua força de trabalho, que a vende para o proprietário da matéria-prima e dos meios de produção, o qual conhecemos por capitalista. Todo esse sistema resulta na forma de trabalho que encontramos na sociedade contemporânea ainda que configurado por outros tipos de arranjos¹⁵.

A etapa seguinte trata do processo de trabalho do (a) Assistente Social que é retomado a partir das discussões entorno da formação profissional com as mudanças ocorrida nas diretrizes curriculares para o curso. O qual inscreve o

¹⁵ Para maior compreensão sobre a discussão da formação do ser social e do processo de trabalho (mais-valia, valor de uso, trabalho produtivo e improdutivo, alienação e etc.) ver: MARX, Karl. Para uma crítica de economia política. São Paulo: Global Editora, 1980. MARX, K. O capital: processo de produção do capital. Livro I. vol. I e II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 12 ed. 1988.

Serviço Social como trabalho, oriundo da revisão teórico-metodológica que incorpora uma interlocução com a teoria Marxista¹⁶ na profissão em virtude das transformações que a sociedade passou e vem passando.

Vale ressaltar que trazer a discussão de processo de trabalho para o âmbito do Serviço Social não é uma tarefa simples, afinal, a idéia que se tem de processo de trabalho é aquela ligada ao trabalho fabril, no qual se apresentam as figuras do trabalhador, da matéria prima e dos instrumentos de trabalho. Entretanto, mesmo sendo uma discussão complexa, as contribuições marxistas dão o direcionamento para a compreensão da dimensão histórica da profissão e suas manifestações na dinâmica do trabalho. Mas, para se ter uma compreensão dessa dimensão histórica, é necessário primeiramente entender como se configura o mundo do trabalho e como o Serviço Social tem acompanhado tais mudanças.

Segundo Granemann (1999) o reconhecimento do Serviço Social como trabalho esta hipotecado ao entendimento da gênese de varias profissões que em um dado momento do desenvolvimento do modo de produção torna-se quase tão igualmente necessárias para a sua continuidade como o próprio trabalho operário.

Nesse sentido não podemos pensar o Serviço Social como um mero técnico executor de programas e políticas, mas como um profissional tão necessário na sociedade contemporânea quanto um profissional de medicina ou direito.

A concepção do *Serviço Social como trabalho* procura explorar seus traços de continuidade com o debate profissional acionado nos anos 1980, em que o Serviço social procurou quebrar com sua acepção tradicional e se afirmar como especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão sociotécnica do trabalho. Por este motivo, à inserção da categoria trabalho debita-se a capacidade de clarificar a utilidade social da profissão, a natureza da profissão, ou seja, debita-se o poder de retratar sua determinação histórico-social, ressaltando suas formas de participação na produção e reprodução da vida social. (ARAÚJO, 2008, p. 17 grifo do autor).

¹⁶ Ver IAMAMOTO, Marilda V. e Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23. ed - São Paulo: Cortez; CELATS. 2008. 380 p. A qual introduz uma interlocução com esta teoria a discussão da profissão

Granemann (1999, p. 162) reafirma a discussão trazida acima elucidando que “*pensar o Serviço Social como trabalho exige examiná-lo em quadra da história*” Daí a importância de se trazer a luz deste trabalho a construção histórica da profissão e seus principais marco legais, os quais constituem a profissão como ela é. Uma história cheia de caminhos e descaminhos que a cada dia escreve e reescreve sua biografia.

Como um profissional/trabalhador o/a assistente social tem seu objeto de estudo e intervenção. E é as múltiplas expressões da questão social sua matéria-prima. O que se afirmar na fala de Araújo (2008, p. 15-16)

“nesta direção, afirma-se como objeto de trabalho do Serviço Social ‘as expressões da questão social’ por ser nela esta especialização do trabalho coletivo tem sua base de fundação”, “quanto aos instrumentos de trabalho, [...] o conhecimento (as bases teórico-metodológicas e o acúmulo técnico-operativo), deve ser tomado como um meio particular deste trabalho”.

O objeto de intervenção aparece [...] rico em determinações histórico-sociais particularizadas, isso permite vislumbrar novos horizontes para a ação profissional que, logicamente não se esgota na (re) construção do objeto, mas certamente encontra sua definição teleológica fundamental nesse procedimento lógico-ontológico. (PONTES, 2000, p. 48)

Uma profissão que tem como objeto de estudo e trabalho as múltiplas expressões da questão social não pode reduzir o seu trabalho a um mero “processo”, pensado e discutido por alguns autores de maneira singular, algo engessado, no qual não se tem muitas perspectivas e alternativas para se trabalhar. O qual se reafirma no discurso “mas, ao se considerar a prática como ‘processo de trabalho’, não a relata em sua riqueza e diversidade de múltiplas determinações” (FALEIROS apud ARAÚJO, 2008, p. 20).

O/a assistente social está na sua prática imbuído em “processos de trabalho” o qual se caracteriza pela sua multiplicidade, algo que envolve as heterogeneidades e as riquezas oriundas do seu objeto de trabalho e as relações mantidas com este.

Nesse veio adentraremos no trabalho do (a) assistente social no âmbito da gestão do SUAS. A profissão é gerida por um Código de Ética e parâmetros estabelecidos nas suas diversas áreas sócio-ocupacionais que fundamenta toda a atuação dando suporte e embasamento ao profissional. No caso do SUAS, o norteador do trabalho do (a) assistente social tão importante quanto o conhecimento de toda a política de assistência social é o parâmetro de atuação do assistente social na assistência social.

Nele é estabelecido que os/as assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares. (CFESS, 2009, p. 9). Destacando-se, nesse sentido, alguns dos seus direitos descritos no art. 2º do código de ética:

- Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- Livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- Aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (CFESS, 2009, p. 15-16)

No art. 3º encontramos os deveres:

- Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor;
- Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão;
- Abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CFESS, 2009, p. 15-16)

A gestão do Suas, como visa organizar todo o funcionamento das políticas na assistência social estabelece para além da descentralização das funções do gestores no âmbito do governo, também estabelece de que maneira estas atribuições serão realizadas pelo profissionais que fica a cargo dos recursos humanos.

Para o (a) assistente social competi a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996. CFESS/PARÂMETROS DE ATUAÇÃO, 2009, p. 17-18).

Todos esses elementos que foram trazidos à luz do texto serão de fundamental importância para atuação do profissional tanto na gestão quando na

implementação do SUAS, pois o embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo ¹⁷ o capacita para tal.

Sendo ainda que a definição das estratégias e o uso dos instrumentais técnicos por tal capacidade devem ser estabelecidos pelo (a) próprio (a) profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas regionais, específicas de cada realidade em que atua. (CFESS, 2009, p. 22)

3.2 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMÍLIAS EM CACHOEIRA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRADIÇÕES E ESPECIFICIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Antes de se iniciar a discussão sobre os processos de trabalho do (a) assistente social com as famílias em Cachoeira, faz-se necessário situar o leitor no território o qual ocorre à pesquisa.

De acordo com dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) Cachoeira é um município brasileiro do Estado da Bahia e está localizado na microrregião de Santo Antônio de Jesus, no recôncavo baiano. Situado as margens do Rio Paraguaçu, está distante cerca de 120 km de Salvador. Sua população é estimada em 32.026 habitantes. Sua área territorial compreende 395 km². (IBGE 2010)

Sendo Cachoeira é uma das cidades baianas que mais preservou a sua identidade cultural e histórica com o passar dos anos, o que a faz um dos principais roteiros turísticos históricos do Estado. Além disto, a imponência do seu casario barroco, das suas igrejas e museus, levou a cidade a alcançar o *status* de "Cidade Monumento Nacional" e "Cidade Heróica" (pela participação decisiva nas lutas pela

¹⁷ Uma das principais autoras que discutem estes referenciais é Yolanda Guerra. Ver GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

independência do Brasil) a partir do decreto 68.045, de 13 de Janeiro de 1971, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

A partir de 1940, Cachoeira entrou em uma fase de grande decadência, as crises se sucederam na área da indústria fumageira, chegando ao fechamento de fábricas, enquanto as respectivas lavouras, que ocuparam posição de liderança por mais de dois séculos, igualmente retrocederam, cedendo a primazia a outras regiões. A cidade hoje é um baluarte cultural dentro da Bahia, demonstrado nos seus inúmeros museus e movimentos populares, o que a torna marcante dentro de uma perspectiva histórica brasileira. Vivendo atualmente do comércio e do turismo (IBGE, 2012).

Tratando-se da política setorial de Assistência social a PNAS/2004 (2009) classifica os municípios em relação ao tamanho da população e território, dividindo em: municípios de pequenos porte 1 com até 20.000 habitantes (com até de 5.000 famílias em média); Municípios pequenos 2 com população entre 20.001 a 50.000 (com cerca de 5.000 a 10.000 famílias em média); município de médio entre com população entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias) e município de grande porte com população de 101.000 900 mil habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias) e as Metrôpoles municípios com mais de 900.000 habitantes (atingindo uma média superior a 250.000 famílias cada).

A referida classificação tem o propósito de instituir o Sistema Único de Assistência Social, identificando as ações de proteção básica de atendimento que devem ser prestadas na totalidade dos municípios brasileiros e as ações de proteção social especial, de média e alta complexidade, que devem ser estruturadas pelos municípios de médio, grande porte e metrôpoles, bem como pela esfera estadual, por prestação direta como referência regional ou pelo assessoramento técnico e financeiro na constituição de consórcios intermunicipais. Levar-se-á em conta, para tanto, a realidade local, regional, o porte, a capacidade gerencial e de arrecadação dos municípios, e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, introduzindo o geoprocessamento como ferramenta da Política de Assistência Social. (BRASIL, 2009, p. 46)

O município de Cachoeira pela sua estrutura territorial e demográfica, está na classificação de município de pequeno porte 2. A concretização do equipamento do SUAS se dá com o CRAS o qual foi instituído no ano 2005 com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Cachoeira - BA pela a Lei Nº 688/2005 do município. Em 2008 abriu outro CRAS no distrito de Santiago do Iguape e um terceiro CRAS em Capueiruçu também distrito da referida cidade no ano vigente.

No trabalho dos (as) assistentes sociais com as famílias cachoeiranas podemos encontrar algumas especificidades e contradições, as quais serão elucidadas lembrando sempre que como um equipamento do SUAS muito das duas demandas coincidem, mas ainda sim não desfaz a singularidade e particularidade de cada local de atendimento.

A pesquisa gerou no entorno dos locais onde encontra-se um profissional de Serviço Social atuando na área da assistência social. Identificando em Cachoeira quatro espaços¹⁸. Dos quais iniciaremos como as especificidades de cada local.

O primeiro espaço, de acordo com a entrevista realizada dentro das suas especificidades atende por mês uma média de 40 a 50 famílias, dentro desses atendimentos encontra-se a instrução e o encaminhamento aos benefícios de Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família, a Casas Populares (programa desenvolvido pela Caixa Econômica Federal e governo federal), projeto Camelo, programa desenvolvido na cidade com o intuito de combater e prevenir o uso de drogas entre os jovens. Em ações de cunho imediato há a distribuição de cestas básicas. A demanda mais recorrente neste local é informação e encaminhamento do BPC.

Em sua fala o (a) assistente social nos diz que ainda sendo a maior demanda do local a procura pelo BPC este busca.

Mostrar que esse cidadão tem seus direitos, como devem recorrer, procurar cativar, mostrar que o nosso trabalho é sério de confiança e

¹⁸ Por questões éticas e para resguardar o sigilo das informações os locais onde ocorreram as entrevistas e seus respectivos entrevistados nesta pesquisa não serão divulgados. Para tal serão identificados como: 1º Espaço, entrevistado 1; 2º espaço, entrevistado 2; 3º espaço, entrevista 3 e 4º espaço entrevistado 4.

manter esse vínculo [...] então é assim as estratégias.
(ENTREVISTADA 1)

No segundo espaço são atendidas em média 20 por mês, uma turma do Projovem¹⁹, cursos de corte e costura, flores em garrafas pet, atividades socioeducativas (capoeira, violão, flauta e futebol), oficina como gestante. Sendo que o maior acompanhamento é dado as gestantes que participam da oficina a qual busca instruí-las nesse momento da gravidez, ao final da oficina elas recebem um enxoval para a criança,

A demanda que mais chegam lá, são gestantes procurando os enxovais [...] (ENTREVISTADO 2).

No terceiro espaço por ser recém-instalado, está sendo feita a realização de uma pesquisa pró-ativa, com o objetivo de conhecer a comunidade e suas principais demandas, os atendimentos estão sendo realizados com as famílias beneficiárias do programa do Bolsa Família, gerando entorno uma média de atendimento de 15 a 20 famílias. O que não deixa de ser um dos atendimentos objetivos dos CRAS's, e tem-se iniciado o projeto CRAS na escola, tendo como foco principal temas voltados para a criança e o adolescente. "atualmente estamos em fase de pesquisa de perfil, estudando a comunidade para desenvolver projetos específicos" (ENTREVISTADO 3)

O quarto e último espaço tem uma demanda bem maior de atendimento em relação aos outros, representando em média atendimento de 40 a 60, sendo que estas não necessariamente são atendidas todo mesmo. O que nos mostra que o fluxo de famílias a recorrer ao atendimento no CRAS é muito grande em relação com as demais.

¹⁹ O Projovem Urbano destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. Disponível em < <http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?>. Acessado dia 29 de novembro de 2012.

As demandas mais recorrentes são violência doméstica, alcoolismo, drogas, negligência parental principalmente reconhecimento de paternidade, além dos encaminhamentos do BPC e Bolsa Família. São desenvolvidas atividades em oficinas para mulheres como corte costura, artesanato, manicure e penteados, além de atividades socioeducativas.

Em termo de contradição e entraves encontrada/detectada, fica entorno do que diz respeito sobre os recursos financeiros e humanos e a clarificação desses. Em todos os locais, ambos os profissionais relataram que os projetos ou uma parte deles não tem ido à frente pela falta de recursos financeiros que acabam gerando também um déficit nos recursos humanos por não se poder fazer contratações de profissionais para realização dos cursos ou oficinas. :

Os recursos hoje são escassos [...] a gente faz as solicitações e quando estas são aprovadas a gente dá início aos projetos e tem projetos que não são efetivados por falta de verba estamos há dois meses sem realizar nenhuma das atividades por falta de verba, hoje estamos trabalhando com o material que a gente tem material reciclado nas atividades. Hoje a gente não conseguiu realizar nenhum curso por não ter recursos. (ENTREVISTADO 2).
Os curso que começamos aqui não continuaram por falta de verba (ENTREVISTADO 3).

É preconizado no SUAS sobre a participação do controle social que diz respeito aos conselhos que são deliberativos e que neles todos os recursos devem ser apresentado de forma clara para que o conselho dentro das suas atribuições regida pela LOAS, PNAS E NOB/SUAS, a qual delibera que os conselhos municipais têm suas competências e deverão: aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de Assistência Social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social; aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos.

E ainda que, cabe ao órgão responsável pela coordenação da Política Pública de Assistência Social, na respectiva esfera de governo, a gestão e a

responsabilidade pelo fundo naquele âmbito, e, ao conselho respectivo, a orientação, o controle e a fiscalização desse gerenciamento, através de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira. (BRASIL, 2009, p. 129).

Mas dentro das falas dos entrevistados não encontramos a efetivação deste.

Nós não temos acesso às fontes de quanto é repassado do governo federal e de quanto o município investe (ENTREVISTADO 2).
[...] mas tipo assim, é algo que não sei como te explicar, digamos a gente tem um conselho aqui, mas é um conselho que não participa, entendeu, quando acontece de ter reunião, é marca, mas ninguém vem, quando acontece de vir é aquela coisa, sabe largatixa, a secretaria diz: que tem que aprovar isso aqui e tal de recurso, daí todo mundo aprova, não sabe o que, não procura saber de onde vem pra que é, é um conselho meio inoperante (ENTREVISTADO 1).

Outras contradições dizem respeito à rede enquanto em um espaço de realização atividades e prestação de serviços intersetorial, como está preconizado no PNAS/NOB-SUAS (2005) Para tanto, a administração pública deverá desenvolver habilidades específicas, com destaque para a formação de redes. A noção de rede tem se incorporado ao discurso sobre política social.

Há argumentação por parte do profissional que não há rede ou uma forma de rede para os atendimentos demandados à assistência:

O trabalho da gente está muito limitado, pois não tem outros recursos, outras redes de atendimento, a visão da assistência social aqui é essa assistencialista, então a gente via assim fazendo mágica e mágicas, na maioria das vezes, não é fácil não. Não há uma boa comunicação entre as secretarias e outros espaços que possam ser realizado uma integração em rede. Falta uma rede de serviço socioassistenciais. (ENTREVISTADO 1)
Em relação a uma formação de rede, hoje a gente conta com parceira não podemos dizer que temos uma rede formada, porque hoje ainda as políticas trabalham de forma fragmentada então a gente tem algumas pessoas que estamos formando um elo entre as pessoas no caso com um posto com uns agentes comunitário de

saúde às vezes na secretaria de saúde passam alguma demanda pra gente no CAPS principalmente com o psicólogo e o assistente eles encaminham para gente algum caso e nos para eles os meninos que estão fora das escolas estamos tentando acompanhar para tentar reinseri-los nas escolas. (ENTREVISTADO 2)

Trabalho muito com o apoio das escolas, da creche, do posto de saúde, dos agentes comunitários, no CRAS aqui existe essa parceria, pois nós somos em menor número, se agente não se apoia, nem nós do CRAS, nem eles poderíamos obter eficácia e eficiência em alguns casos de atendimento. (ENTREVISTADO 4)

Há um trabalho em conjunto com a psicóloga, inclusive estabelecemos um dia da semana para estarmos trabalhando juntas. (ENTREVISTADO 3)

Se observarmos nas falas apresentadas, em nenhum momento se fala da existência de uma rede consolidada pela esfera pública ou pela gestão administrativa. O que esses profissionais veem fazendo é buscar uma ínfima parceira de apoio mútuo para realização dos serviços socioassistenciais que devem ser prestados aos usuários.

O que dizer então sobre as possibilidades postas a esses profissionais, diante do que foi exposto, fica em mente esta indagação. A um profissional que é tão limitado pelas políticas eleitoreiras e por uma administração que não prioriza o papel da assistência social. O que encontraremos sobre algo que é de fundamental importância (no campo do se construir, projetar e realizar) nas competências e atribuições qualquer profissional?

Hoje a gente não tem um problema direto com a política de assistência e sim com a estrutura que nos é dada para gerir a política de assistência, a gente tem recursos muito limitados, a estrutura de atendimento é limitada a gente precisa estar transformando não só o espaço, mas a forma de se ver a assistência social no município esta muito precária ainda é relegado a segundo plano a assistência no município. (ENTREVISTADO 2)

Ao obter esta resposta do entrevistado e ao ter em mente as indagações sobre as possibilidades e limites de atuação para o/a assistente social, encontramos a falta de vínculo institucional como um dos maiores elementos que limitam a

atuação profissional, em sua maioria estes são contratados. Podendo a qualquer momento perder o emprego gerando assim inúmeros problemas, pois paralisa as atividades que estavam sendo elaboradas ou executadas e para novo profissional que venha a ocupar o espaço geram diversas dificuldades, pois este tem que primeiro conhecer o local as atividades realizar, enfim toda a estrutura de funcionamento da instituição para daí dar continuidade em seu trabalho, tornado-se um ciclo vicioso na gestão dos recursos humanos dentro da política de assistência social.

É grande o desafio de trabalhar recursos humanos em um contexto no qual o Estado foi reformado na perspectiva de seu encolhimento, de sua desresponsabilização social. O enxugamento realizado na máquina estatal precarizou seus recursos humanos, financeiros, físicos e materiais, fragilizando a política. E ainda a incapacidade de gerar carreira de Estado tem gerado desestímulo nos trabalhadores que atuam na área (Brasil, NOB-RH, 2009, p. 55).

3.3 OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS'S EM CACHOEIRA: QUE TRABALHO É POSSÍVEL DESENVOLVER COM ESSAS FAMÍLIAS? QUAIS AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL?

Iniciamos este ponto nos perguntando que trabalho é possível realizar com as famílias. Dentro da estrutura operacional do CRAS estabelecido pelo NOB-RH/SUAS (2005), este trabalho será realizado mediante alguns instrumentos, os quais os técnicos que trabalham neste espaço devem desenvolver. Mas qual parte da fatia cabe ao assistente social, e como esse trabalho é realizado aqui, nesta pequena cidade do recôncavo baiano, que tem sua história marca por uma grande ascensão econômica, contudo com uma queda de iguais proporções, que marca na história um crescimento do pauperismo e da vulnerabilidade social para população menos favorecida economicamente.

A instituição familiar por mais força e poder que ela pode exercer sobre um indivíduo esta ainda sim, nos mostra ponto de vulnerabilidade. Dentro do CRAS um dos principais serviços oferecido, sendo inclusive obrigatório, é o PAIF, que realiza:

Entrevista; Visita Domiciliar, Acompanhamento Familiar; Atendimento Individualizado às Famílias; Atendimento Domiciliar. Atividades Coletivas/Comunitárias: Reuniões de Planejamento Participativas; Palestras; Campanhas Socioeducativas; Eventos Comunitários; Encaminhamento com acompanhamento, para benefícios e serviços socioassistenciais ou para as demais políticas setoriais. Articulação Intersetorial: Reuniões com a Rede Local; Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais. Busca Ativa; Convite para participação em ações do PAIF; Articulação com profissionais de outros serviços setoriais, movimentos sociais, universidades e outras instâncias; Produção de Material Socioeducativo. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL)

As atividades mencionadas são de competência do assistente social, mas não só dele. Nos espaços pesquisados são estas as atividades que estão sendo desenvolvidas mediante a atuação profissional.

Fazemos visitas domiciliares com estudo socioeconômico /psicossocial judicial. [...] Há todo um processo de explicação sobre a importância de um retorno da família que foi atendida como nos caso jurídico há um acompanhamento com visita domiciliares, mas há todo um incentivo pra manter esse vínculo. (ENTREVISTADO 1)

O PAIF programa de atenção integral a família, Projovem, adolescente 15-17 anos, acompanhamento individual das famílias cursos esporadicamente, o de corte e costura atualmente curso de flores com garrafas pet. (ENTREVISTADO 2)

Trabalhamos sempre em equipe, buscando sempre intervir de maneira conjunta nos trabalhos desenvolvidos, através de grupos, pesquisa de perfil, elaboração de projetos entre outros. (ENTREVISTADO 3)

Realização de oficinas psicopedagógica pela equipe socioassistencial formada pela assistente e psicóloga. No pro jovem que desenvolve atividades socioeducativas muito interessante, temos um grupo de mulheres que são muito pró ativas com esse grupo a gente contempla as gestantes, trabalhamos com a autoestima e o empoderamento as mulheres [...] temos o perfil de trabalhar preservando a cultura local, [...] anamnese, a abordagem,

acolhimento oficinas apoios psicossocial, palestras, a gente tem sempre uma conversa com os agentes de saúde por eles estarem mais perto das famílias, visita domiciliar. (ENTREVISTADO 4)

Dentro do que se foi analisando estas foram as principais atividades realizadas por estes profissionais, cabendo resaltar que nessa equação temos com fatores e denominadores, as demandas chegada à instituição, os limites de atuação e as possibilidades postas a esses trabalhadores.

Ao observarmos estes fatores, encontramos um dos elementos chave para a discussão sobre os processos de trabalho do assistente social. A imediaticidade²⁰ é um fator muito presente no cotidiano desse trabalhador, ela aparece sempre em resposta a uma demanda apresentada da qual o profissional apreende os fatos sem necessariamente fazer uma reflexão crítica da realidade posta.

Mas o exercício profissional não pode se resumir a imediatez do dia-a-dia, a abordagem metodológica do materialismo histórico-dialético²¹ defendida por muitos profissionais e que permitiu a categoria um novo (re) pensar da profissão, também nos permite discutir sobre a imediaticidade que configura-se “como uma categoria reflexiva que designa um certo nível de recepção do mundo exterior pela consciência” (COELHO, 2010, p. 23).

Esta percepção do mundo através da consciência segundo a autora é realizada de forma processual, aproximativa, acumulativa e socialmente determinada. Para a análise e reflexão da imediaticidade o fator consciência é de fundamental importância e será subsidiado pela teoria marxista, que através da teoria social nos permite reconstruir esse movimento.

²⁰ Segundo Pontes (2000) é uma categoria intelectual que corresponde a apreensão de uma dimensão abstrata do real, ou seja, não ultrapassa o nível dos fatos.

A imediaticidade é um tema bastante complexo e por si só daria para escrever outro trabalho de conclusão de curso, o objetivo aqui é trazer - lo como um elemento constituidor dos processos de trabalho do/a assistente social.

²¹ O materialismo histórico dialético é uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas.

Verifica-se que a prática profissional assume diferentes orientações e características em decorrência do nível de receptividade do mundo exterior pela consciência. Como na cotidianidade tende a prevalecer a conexão imediata entre o pensamento e ação, a imediaticidade é uma categoria reflexiva que orienta a prática profissional quando o nível de consciência do assistente social atém-se à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento. (COELHO, 2010, p. 25)

A categoria imediaticidade busca elevar o profissional a romper com prática imediata, sem uma reflexão do sujeito, dos problemas apresentados, dos instrumentos postos. Para tal este profissional deve estar disposto a percorrer um caminho que o nega e o afirma, a ver que a realidade vai além da aparência, constituindo um movimento dialético.

Diante do que foi apresentado trazemos para o texto uma das fala do/a assistente social a qual faz uma reflexão sobre uma demanda que lhe é apresentada, a qual num movimento dialético reflexivo seu olhar foi para além da aparência apresentada.

Olhe a gente percebe que a pobreza ela é concebi como fenômeno estrutural, porém a gente percebe, que a pobreza intelectual, a falta de orientações é bem pior, então tem muitas pessoas que tem direito a ter direitos e que não sabe disso e que por sua vez numa palestra, ele começa a despertar, eu percebo que isso é muito interessante. [...] Muitas pessoas passaram por muitas dificuldades e ainda passam por não ter conhecimento, nesse sistema geracional da pobreza, quando uma mãe tem 10 filhos, e passa muita necessidade e acha que é normal que sua filha passe pela mesma situação, que a filha não tenha onde mora, que apanhe do marido [...]. (ENTREVISTADO 4)

Ainda nessa linha dos instrumentos que balizam a atuação profissional numa prática mais reflexiva encontramos o código de ética profissional e os parâmetros de atuação os quais norteiam e permite autonomia ao profissional. Mas quando

questionados sobre suas possibilidades de atuação e sua autonomia as respostas não foram condizentes com o que é apregoado nesses instrumentos.

Autonomia! Ela é bem relativa, ou seja, eu tenho o direito de escolha de fazer ou não fazer, por exemplo, para eu fazer uma visita domiciliar eu tenho que ir a pé, eu faço a visita domiciliar a pé ou eu não faço, tem se resumido a isso, se eu precisar de um carro eu solicito à secretaria que dispõe de um carro e quando eu consigo isso temos de 2 a 3 semanas para que eu possa agendar o carro para fazer uma visita domiciliar. Organizar a gente vem organizando atividades e articulando com outras instituições para a gente poder atender a população de forma mais adequada mais infelizmente não temos conseguido [...]. (ENTREVISTADO 2)

O código de ética do/a assistente social (Lei 8.662/93) o qual no art. 2ª dispõe ser direito do profissional: Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; Livre exercício das atividades inerentes à profissão; Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais. Direitos os quais também constam nos Parâmetros de atuação do/a assistente social é vista e reconhecida dessa forma:

A autonomia é o mínimo possível, realmente é o mínimo possível, tipo assim, a questão do reconhecimento do profissional, da valorização do profissional, os gestores conhecer de verdade o que é uma assistência social conhecer ela como uma política pública entendeu, então isso passa muito longe, da questão do nosso dia-a-dia profissional, então é assim a gente vai tentando, tentando como um trabalho de formiguinha mesmo. O nosso trabalho vai além do que eles querem, do assistencialismo, a questão da esmola por que o que parece é que se esta dando é esmola, o tipo assim pagando favor, [...]. (ENTREVISTADO 1)

Segundo Iamamoto (2008, p. 224-225) é *“nos seus instrumentos legais, que asseguram direitos e deveres dos assistentes sociais e representam uma defesa da*

autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos [...]”, mas o que vemos são profissionais que não tem seus direitos reconhecidos, nem seu trabalho valorizado, por mais que a Política de Assistência Social tenha normas norteiam a sua gestão, ainda falta muito para que a assistência se estabeleça como ela de fato deve ser.

Há outros fatores que foram apresentados que limitam a atuação profissional. Nesta o profissional nos mostra que as possibilidades de atuação no trabalho com as famílias limita-se muito em virtude de problemas infraestruturais.

Há estrutura no CRAS hoje e ela não permite não só a estrutura como a organização como nos estamos montados hoje não permite trabalho interdisciplinar apesar dos profissionais dialogarem os assuntos hoje não tem como atender juntos, pois trabalhamos em dias distintos, os horários da gente não coincide há não ser em reuniões esporádicas e às vezes numa reunião não conseguimos traçar um plano de trabalho, discutimos sobre alguns casos, mas não conseguimos consolidar um trabalho interdisciplinar no CRAS.(ENTREVISTADO 2)

Mas que ainda sim o entrevistado nos sinaliza que há maneiras de se contornar estas situações buscando romper como os limites mostrados:

As estratégias que a gente utiliza é sempre mantendo contato individualmente, também reuniões com a comunidade, tentando envolver a comunidade nas atividades desenvolvida, não só mostrando o que a gente faz dentro do CRAS, mas também esta convidando a comunidade a esta participando a gente esta desenvolvendo agora um grupo de mediação para divulgar o CRAS o que a gente faz alem de falar da assistência será trabalho do também a saúde na educação estamos buscando também trabalhar com os agente comunitário pois são eles que estão nas ruas dia-a-dia como também com os beneficiários do bolsa família pra esta estabelecendo um vinculo de fortalecimento par que as pessoa entendam qual o papel do CRAS dentro das condicionalidades do bolsa família, o que o CRAS pode fazer pra ajudar essas famílias a saírem desse patamar em que vivem. (ENTREVISTADO 2)

O objetivo aqui proposto foi o examinar o exercício profissional dos/as assistentes sociais na Assistência Social em Cachoeira. As perguntas tiveram esse direcionamento. Encontramos nas falas dos entrevistados muita indignação sobre como essa política pública tem se efetuado nesta região e o quanto falta para a profissão atingir seu reconhecimento pelos gestores municipais. Contudo esses trabalhadores demonstraram estar lutando para que os usuários ainda que minimamente possam ter seus direitos garantidos.

Dentro da estrutura vista muito ainda falta para se efetivar o que é apregoado na política de assistência social. A falta de recursos financeiros, os investimentos feitos na área da assistência social são ínfimos por parte dos gestores, há um jogo de empurra-empurra no qual a gestão municipal diz que não tem recursos, que pouco foi repassado pelo governo, gerando um serviço precarizado, primeiramente na parte técnica que é reduzida pela falta de técnicos, principalmente para as atividades socioeducacional, nos serviços ofertados tem-se um número reduzido de oficinas e cursos profissionalizantes.

O espaço físico também é precário em todos os locais pesquisados, no qual um cômodo é dividido em duas ou mais salas. Ambientes que não oferecem as condições exigidas pela Política Nacional de Assistência Social para o atendimento aos usuários. Todo esse cenário acaba limitando a atuação profissional nas três dimensões citadas anteriormente (Guerra, 1995) e inviabilizam a materialização de uma atuação mais efetiva. Como podemos oferecer um serviço de qualidade às famílias com tantas limitações.

Uma vez que recomenda-se que os espaços de atendimento do CRAS tenha uma recepção com 12m², sala de atendimento 12m² com capacidade para 10 pessoas, sala de uso coletivo de 35m² com capacidade de 30 pessoas, sala administrativa de 20m², copa de 5m² e conjunto de banheiros de 10m².

Os CRAS's devem ser espaços que mostre acolhida aos usuários já fragilizados pelos fatores sociais. Entretanto não é esse quadro que temos hoje na assistência social em Cachoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dizia o poeta “a possibilidade de arriscar é que nos faz homens, vôm perfeito no espaço que criamos, ninguém decide sobre os passos que evitamos, certeza de que não somos pássaros e que voamos, tristeza de que não vamos por medo dos caminhos”(Damário da Cruz). E é nesse caminho que traçamos nosso fazer profissional, às vezes criando, projetando, alçando vôm inimagináveis, na busca por uma prática profissional que rompa como todos os dogmas assistencialistas que encontramos ainda muito presente na nossa sociedade e nas gestões administrativas das esferas públicas,

São inúmeras as nossas possibilidades e limites, mas que de maneira nenhuma podem nos engessar enquanto profissionais. A pesquisa realizada em Cachoeira com assistentes sociais que trabalham na assistência social possibilitou conhecer de mais perto a realidade desses.

Encontramos uma política que apesar de possuir um marco legal e regulamentações que a estruturam como uma política pública, no âmbito municipal isso não se concretiza por falta de recursos humanos, físicos e financeiros. Montada a partir de interesses políticos, com estruturas mínimas que limitam a prática profissional, mas ainda assim vimos profissionais conhecedores de seus direitos, de suas práticas, das políticas e que veem buscando romper como esse dogma assistencialista no meio da gestão.

Há muito que se dizer sobre as possibilidades profissional, que não se reduz ao que foi visto na pesquisa, é preciso que os profissionais que estão nos espaços sociocupacionais, discutam mais sobre seu exercício cotidiano, levem as suas demandas para os órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício profissional e juntos possam encontrar soluções para suas demandas, tornando isso uma prática e mais ainda tornando seu dia-a-dia um meio/material de divulgação, para que nos espaços acadêmicos essas atividades venham a ser analisadas e discutidas como os futuros profissionais.

Finalizo este trabalho como novas indagações para o futuro, pois questionamentos sempre haverão de existir à medida que as respostas são encontradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAYÓN, Noberto; Tradução de Bolkys Villalobo de Neto. **Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ARANHA, Lucia. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. Editora UFS, São Cristovão, Se, 1999.

ARAÚJO, Nailsa Mª Souza. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. nº 93 - ano XXIX, p. (5-27), mar. 2008.

ARRETCHE, Marta. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State**: teorias explicativas. IN: BIB Rio de Janeiro, nº. 39, p.03-40, 1995.

BARBOSA, Mário da Costa. A práxis do serviço social nas instituições. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº34, dez. 1990.

BARBOSA, R. N. de C. CARDOSO. F. G. ALMEIDA, N. L. **A categoria processo de trabalho e o trabalho do serviço social**. In: Serviço Social e sociedade, n. 58, Ano XIX, Ed. Cortez, São Paulo. 1998, p. 109-130.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.10, n. esp., p. 46-54. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Capacitação do SUAS**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 60 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. -- Brasília, UNESCO, 2009. 424 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. 1. ed. Brasília, 2009, 72 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**.. Instituto de Estudos Especiais - IEE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: vol. 2, 2008, 120 p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social e Normas Operacional Básica - SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005. Reimpressão 2009. 178 p.

BRASIL, Decreto-Lei 12.435, de 06 de junho de 2011. Estabelece a criação do Sistema Único de Assistência Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. n. 129, p. 10, 07 de jun. 2011. Seção 1.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Texto atualizado. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1366>>. Acessado em: out. de 2012.

BRASIL - Lei nº 8.742/1993 - **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acessado em set. 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. p. 60. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf> acessado em 15 de nov. 2012.

CACHOEIRA. Secretaria Municipal de Assistência Social. Minuta de projeto de lei que dispõe sobre a organização e funcionamento da administração pública município de Cachoeira. Janeiro, 2009.

CASTRO, Jorge. **Política Social**. In: Brasil. Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil. MDS/Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome, UNESCO, 2009. 424 p.

COELHO, Marilene A. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos. ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010, p. 23-43.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social**: uma nova forma de gestão da assistência social. In: Brasil. Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome, UNESCO, 2009. 424 p.

_____. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CFESS. **Serviço social a caminho do século XXI**: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/CRESS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução: Ruth M. Klaus. São Paulo, Centauro, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. Editora Cortez, São Paulo, p. 83-95, 2010.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/Abepss/CEAD, 1999, v. 2.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. e Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed - São Paulo: Cortez; CELATS. 2008. 380 p.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismos no serviço social**. 10. ed. - São Paulo: Cortez, 2008. 216 p..

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: Debates e desafios**. In: Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil. Brasília: UNESCO, 2009.

MEDINA, C. A. **Família, ontem, hoje, amanhã**. In: família ontem hoje amanhã. Ver. Debates Sociais. Rio de Janeiro: p. (13-27), 1997.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Àquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-48, jan./jun. 2009.

NASCIMENTO, Jucileide. **O Significado do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social**. Brasília, 2004. 178 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução a crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação Continuada para assistentes sociais, Mód 4. Brasília: Cead/CFESS/UnB, 2000. p, 34-49.

SANTOS, C.M. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (orgs.). Família, Redes, laços e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 21-36.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. Ver. E atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e SILVA, M. Ozanira (coord.). **O Serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4 ed. São Paulo, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. São Paulo. Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. Texto escrito para o curso de especialização lato sensu em serviço social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS /ABEPSS 2009.

_____. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. CFESS /ABEPSS 2009.

_____. **As ambigüidades da Assistência Social após dez anos da Loas**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n 77, 2006.

_____. **Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. Curso de Especialização lato sensu em serviço social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS 2009, p. 23.

VITALE, Maria Amalia Faller. **Avós**: velhas e novas figuras da família contemporânea In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (orgs.). Família, Redes, laços e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.93-105.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista. Política. Pública.** São Luis, v. 13, n. 2, p. 255-264 jul./dez. 2009.

O fim do Governo Collor. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/fim-governo-collor.htm>> Acesso em 14 de nov. 2012.

Escândalo da Legião Brasileira de Assistência. Disponível em: <<http://www.muco.com.br/index.escandalo-da-legiao-brasileira-de-assistencia>> Acesso em 14 de nov. 2012.

Programa de Atenção Integral à Família. Disponível em <[http:// www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)> Acesso em 18 de nov. 2012.

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Projeto OS PROCESSOS DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS
CACHOEIRANAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Termo de Consentimento Informado

Eu, Janice Ferreira de S. e Silva, estou pesquisando sobre os processos de trabalho do Serviço social com as famílias em cachoeira na política de assistência social, entre os meses de outubro e novembro de 2012, levando em conta a análise do contexto, dos atores sociais e institucionais. Assim, identifico o senhor (a) como informante chave para este estudo.

Assumo o compromisso de que sua identidade permanecerá confidencial, salvo expressa manifestação em sentido contrário, haja vista a ocupação de cargos ou posições públicas. Caso o senhor (a) decida manifestar pública a sua opinião, será garantido que a transcrição da entrevista será submetida a sua apreciação antes de qualquer divulgação.

Sua participação nessa pesquisa é fundamental para Analisar os processos de trabalho do Serviço Social com as famílias em Cachoeira na Política de Assistência Social, visando compreender as relações existentes entre o profissional e as possibilidades e os limites que lhes são posta no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e institucionalmente, porém ela é inteiramente voluntária. A qualquer momento o senhor (a) poderá desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar.

Eu, _____, declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa “OS PROCESSOS DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS CACHOEIRANAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.” e aceito nela participar.

Autorizo a identificação de meu nome nas publicações resultantes do referido projeto

Não autorizo a identificação do meu nome

Cachoeira, ___/___/2012.

Testemunha 1

Testemunha 2

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I PERFIL SÓCIO – ECONÔMICO

1. Nome
2. Idade

II FORMAÇÃO

3. Tempo de formação
4. Instituição formadora

III IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

5. Instituição onde trabalha
6. Há quanto tempo atua nesta instituição
7. Quais os projetos desenvolvido e/ou programas e serviços oferecidos.

IV SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

- 8 Caso haja, quais são e há uma aceitação favorável da população aos projetos que são desenvolvidos.
- 9 Em media quantas famílias são atendidas por mês
- 10 Quais são os casos mais recorrentes no atendimento
- 11 Para o encaminhamento destes casos, quais as principais dificuldades encontradas na política de assistência social.

V O PROCESSO DE TRABALHO COM AS FAMILIAS

- 12 Quais as estratégias utilizadas para manter o acompanhamento e o atendimento prestado as família.
- 13 Quais os recursos utilizados para o trabalho com a família.
- 14 Existe um trabalho interdisciplinar.
- 15 Quais os procedimentos e técnicas utilizadas no atendimento.
- 16 Quais as possibilidades postas para você enquanto profissional no âmbito de construir, projetar e ate mesmo de sua autonomia nesta instituição.